



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA

**LEI DE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA (LEI 12.651/2012): DA
LEGISLAÇÃO À EXECUÇÃO**

ANA DE CASTRO SCHENKEL

**FLORIANÓPOLIS
2015**

ANA DE CASTRO SCHENKEL

**LEI DE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA (LEI 12.651/2012): DA
LEGISLAÇÃO À EXECUÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Graduação em Ciências Biológicas
da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. João de Deus Medeiros

FLORIANÓPOLIS
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Schenkel, Ana

LEI DE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA (LEI
12.651/12):
DA LEGISLAÇÃO À EXECUÇÃO / Ana Schenkel ; orientador,
João

de Deus Medeiros - Florianópolis, SC, 2015.

96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)
Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
Biológicas.

Graduação em Ciências Biológicas.

Inclui referências

1. Ciências Biológicas. 2. Lei de Proteção da
Vegetação
Nativa. 3. Preservação do Meio Ambiente. I. Medeiros,
João

de Deus . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Biológicas. III. Título.

ANA DE CASTRO SCHENKEL

**LEI DE PROTEÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA (LEI 12.651/2012): DA
LEGISLAÇÃO À EXECUÇÃO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Ciências Biológicas” e aprovado em sua forma final pelo Programa Curso de Ciências Biológicas.

Florianópolis, 11 de fevereiro de 2015.

Prof.^a Dr.^a Maria Risoleta Freire Marques
Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João de Deus Medeiros
Presidente
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Aldaléa Sprada Tavares
Membro titular
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. MSc. Érico Porto Filho
Membro titular
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Maurício Eduardo Graipel
Membro Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

*Aos meus pais, Cláudio e
Marília, por acreditarem
sempre em mim e não
medirem esforços para que
eu chegasse até esta etapa da
minha vida.*

AGRADECIMENTOS

À Coordenação do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina e seus professores e professoras, pelos ensinamentos dados.

Ao professor e orientador João de Deus Medeiros pelo empenho, dedicação e paciência no processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos, e colegas de curso, Gil, Lai, Rê, Bidu e Chicão, que, de diferentes maneiras, tiveram uma participação muito importante na minha vida na faculdade.

Às minhas amigas do coração, Jay, Ciça, Nanda, Marina, Mari, Dande e Aline, que me aturam desde a época do colégio.

Aos meus pais, Cláudio e Marília, e minha irmã, Bel, por todo amor e por sempre estarem ao meu lado me dando força.

A toda a minha família querida.

À Jaqueline, por todo amor, carinho e paciência.

Continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuímos para o extermínio da escassa natureza que nos resta.

Eduardo Galeano

RESUMO

A gestão ambiental não é um assunto recente, já na época imperial se faziam leis voltadas a esta problemática. Muitas leis que tratam do meio ambiente já foram criadas desde então, inclusive o Código Florestal de 1934 e o Novo Código Florestal de 1965. O último foi revogado pela Lei Federal 12.651/2012, com a justificativa de não ter sido de fato colocado em prática. Este trabalho tem como objetivo avaliar a implementação, no Estado de Santa Catarina, do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental, duas ferramentas da Lei Federal de Proteção à Vegetação Nativa, analisando também o que já foi realizado pelo Brasil, além de comparar as visões de representantes dos setores ruralista e ambientalista em relação a este assunto. Foram utilizadas como referências as normas relativas ao assunto e avaliação de sítios eletrônicos de órgãos governamentais e não-governamentais. Os dados obtidos pela revisão bibliográfica mostraram que por mais que já se tenham passado quase três anos desde o início da vigência da Lei Federal 12.651/2012, muito do que é exigido pela lei ainda não foi posto em prática, e os prazos impostos na lei estão sendo ignorados pela própria União. A fiscalização e as ações das ONGs ambientalistas, visando o cumprimento da lei supracitada, tem se destacado. A partir desta análise pode-se concluir que, caso não haja maior pressão da sociedade civil, a Lei Federal 12.651/2012 será mais uma lei revogada por falta de cumprimento. Para isto é necessário que a população seja mais bem informada sobre a legislação e sobre o quanto a preservação do meio ambiente pode afetar o cotidiano de todos.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Estado de Santa Catarina. União. Lei Federal de Proteção da Vegetação Nativa. Legislação. Meio Ambiente. Preservação.

ABSTRACT

Environmental management is not a new issue, already the imperial time laws were made aimed at this problem. Many laws dealing with the environment have been created since then, including the Forest Code of 1934 and the New Forest Code of 1965. The latter has been repealed by Federal Law 12.651/2012, on the grounds that it was not actually put into practice. This study aims to evaluate the implementation, in the State of Santa Catarina, of the Rural Environmental Registry and the Environmental Adjustment Program, two tools of the Federal Law on Native Vegetation Protection in the state of Santa Catarina, also analyzing what has already been achieved in Brazil, and to compare the visions of the rural and environmentalist sectors in respect of this matter. Were used as references the standards that relates to the subject and electronic sites of government agencies and NGOs. The data obtained from the review showed that even after almost three years since the effective date of Federal Law 12.651/2012, much of what is required by law, has not yet been implemented and the deadlines imposed by law are being ignored by the Union. The supervision and the actions of environmental NGOs in order to meet the above law, has excelled. From this analysis we can conclude that if there is no greater pressure from civil society, the Federal Law 12.651/2012, it will be a law revoked for lack of compliance. This requires that the people be better informed about the law and about how much the environmental preservation can affect the daily life of everyone.

Keywords: Environmental Management. State of Santa Catarina. Union. Federal Law of Native Vegetation Protection. Legislation. Environment. Preservation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEMA - Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente
ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais
Abraf - Associação Brasileira de Produtores de Florestas
Acaprena - Associação Catarinense de Preservação da Natureza
AMAVI - Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí
ANAMA - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
APP – Área de Preservação Permanente
Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida
BPMA - Batalhão de Polícia Militar Ambiental
BVRio - Bolsa Verde do Rio de Janeiro
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CD – Câmara dos Deputados
CF – Constituição Federal
CI - Conservação Internacional
CLUA - *Climate and Land Use Alliance*
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CRA – Cota de Reserva Ambiental
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DETAQ - Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
DOU - Diário Oficial da União
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A
FATMA - Fundação do Meio Ambiente
FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FSC - *Forest Stewardship Council*
IBDF – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV - Instituto Centro de Vida
Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
Ipef - Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
ISA – Instituto Socioambiental
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Sustentável

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPSC - Ministério Público de Santa Catarina
MT – Mato Grosso
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OCF – Observatório do Código Florestal
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PR – Partido Republicano
PRA – Programa de Recuperação Ambiental
PRAD – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RL – Reserva Legal
RO - Rondônia
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDS – Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
SICAR – Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SINIMA - Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SLAPR - Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP – São Paulo
TNC - The Nature Conservancy
UC – Unidade de Conservação
UFLA – Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 2. OBJETIVO..... | 35 |
| 2.1 Objetivo Geral..... | 35 |
| 2.2 Objetivos Específicos..... | 35 |
| 3. METODOLOGIA..... | 36 |
| 4. RESULTADOS..... | 38 |
| 4.1 Legislação Federal..... | 38 |
| 4.1.1 Lei nº 12.651 de 2012..... | 38 |
| 4.1.2 Decreto nº 7.830 de 2012..... | 42 |
| 4.1.3 Decreto nº 8.235 de 2014..... | 47 |
| 4.1.4 Instrução Normativa/ MMA nº 2 de 2014..... | 50 |
| 4.2 Diferentes Visões da Legislação..... | 53 |
| 4.3 Execução da Legislação..... | 58 |
| 4.3.1 Âmbito Nacional..... | 58 |
| 4.3.1.1 Iniciativas de Órgãos Federais..... | 58 |
| 4.3.1.2 Iniciativa de Entidades do Setor Rural..... | 60 |
| 4.3.1.3 Iniciativa Não Governamentais..... | 62 |
| 4.3.2 Âmbito Estadual - Santa Catarina..... | 68 |
| 5. DISCUSSÃO..... | 78 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 86 |
| REFERÊNCIAS..... | 87 |

1 INTRODUÇÃO

A gestão das florestas no Brasil é tema que envolve o Estado desde o início da colonização, e historicamente tem se pautado pela lógica meramente exploratória, ou até mesmo, em algumas situações, identificando nas florestas um obstáculo ao desenvolvimento.

Warren Dean, em sua obra “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira” (DEAN,1996), avalia que a ideia de desenvolvimento econômico penetrava na consciência da cidadania, justificando cada ato do governo. Nesse sentido, o avanço no espaço, até então ocupado por vastas extensões de floresta, caracterizou-se como um processo de devastação. Ainda segundo o autor “a floresta primária continuava a ser escolhida para a lavoura de derrubada-e-queimada e este método permaneceu o preferido sobre todos os métodos intensivos”.

Dean (1996) descreve episódios da chamada “derrubada-e-queimada” em diversos Estados do Brasil, sempre ocasionados por ações ou omissões do poder público. Simultaneamente a esta realidade, as iniciativas conservacionistas decorreram durante as décadas de 1950 e 1960, segundo o autor.

Pela relevância do aspecto jurídico na análise do tema, e suas consequentes implicações sociais e econômicas, será apresentada de forma cronológica e sucinta a trajetória da legislação relacionada ao Código Florestal.

Ainda na época imperial Dom Pedro II, através da lei nº 1.507, de 26 de setembro de 1867, determinava em seu Art. 39 que:

“Fica reservada para a servidão pública nas margens dos rios navegáveis e de que se fazem os navegáveis, fora do alcance das marés, salvas as concessões legítimas feitas até a data da publicação da presente lei, a zona de sete braças contadas do ponto médio das enchentes ordinárias para o interior, e o Governo autorizado para concedê-la em lotes razoáveis na forma das disposições sobre os terrenos de marinha”.

Importante lembrar que uma braça equivale a 2,2 metros, portanto as sete braças equivalem a 15,4 metros.

Já no período republicano tivemos a edição do Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934, sancionado pelo então Presidente Getúlio Vargas, instituindo o Código Florestal que dispunha em seu Capítulo I:

Art. 1º As florestas existentes no territorio nacional, consideradas em conjuncto, constituem bem de interesse commum a todos os habitantes, do paiz, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis em geral, e especialmente este codigo, estabelecem.

Art. 2º Applicam-se os dispositivos deste codigo assim ás florestas como ás demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade ás terras que revestem.

Dean (1996) afirma, sobre o Código Florestal de 1934, que:

O principal defeito do código, de fato, era que ele nunca havia sido cumprido: nunca foram alocados fundos suficientes e, por muitos anos, sua aplicação era fiscalizada por voluntários, muitos dos quais em busca de propinas. Suas atribuições foram então transferidas para a polícia civil não qualificada. Uma multiplicidade de repartições era responsável pela execução do código. (DEAN, 1996).

O Estatuto da Terra foi instituído inicialmente pela Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, nela foram regulados os direitos e obrigações referentes aos imóveis rurais, bem como sobre a execução da Reforma Agrária e a política agrícola.

O Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967 que criou o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal – IBDF unificou diversas agências responsáveis por parques e reservas florestais. Neste mesmo ano foram promulgadas novas leis de proteção: Código de Caça - Lei 5.197/1967; Código de Pesca – Decreto-Lei 221/1967 e o Código de Mineração – Decreto-Lei 227/1967.

A Lei 4.504 de 1964 aborda a temática das florestas associando-a à tributação de terras aproveitáveis, conforme o Art. 50, com redação dada pela Lei nº 6.746 de 1979, neste caso:

§ 4º Para os efeitos desta Lei; constitui área aproveitável do imóvel rural a que for passível de exploração agrícola, pecuária ou florestal. Não se considera aproveitável: a) a área ocupada por benfeitoria; b) a área ocupada por floresta ou mata

de efetiva preservação permanente, ou reflorestada com essências nativas; c) a área comprovadamente imprestável para qualquer exploração agrícola, pecuária ou florestal.

Já em seu Art. 61, esta mesma Lei, refere-se a projetos de colonização particular, quanto à metodologia, que os mesmos deverão ser previamente examinados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Nesse sentido esclarece que, entre outras exigências:

§ 4º Nenhum projeto de colonização particular será aprovado para gozar das vantagens desta Lei, se não consignar para a empresa colonizadora as seguintes obrigações mínimas:

[...]

c) manutenção de uma reserva florestal nos vértices dos espigões e nas nascentes;

Em 1961, no governo do Presidente Jânio Quadros iniciou-se o processo de revisão do Código Florestal de 1934, que resultaria na criação do novo código florestal. O livro “Saudade do Matão” (URBAN,1998) compila depoimentos de alguns “cabeças” do movimento pela conservação da natureza no Brasil e a partir disso elucida, em um de seus capítulos, os “bastidores” da criação do Código Florestal de 1965. Por meio de um memorando o Presidente da República criou uma comissão, que foi ratificada pela preposição nº4 do Governo do Estado de São Paulo, sendo aprovada na quarta reunião de governadores realizada no Estado de Guanabara. Esta comissão, presidida pelo Desembargador Osny Duarte Pereira, deveria estudar a reformulação do Código de 34. Após a renúncia de Jânio Quadros, o grupo ficou estagnado, porém foi reativado depois, já com o regime parlamentarista. O grupo era formado por técnicos florestais e por juristas, além do desembargador. Estes deveriam, primeiramente, apreciar integralmente o Antigo Código e depois chegar a um consenso, no qual um Art. só entraria no Novo Código se todos aprovassem. A preparação da proposta do Novo Código Florestal durou dois anos e foi enviada para o Congresso Nacional em 1963/64, lá o projeto sofreu uma série de modificações, sendo sancionada como lei em 1965.

A Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, sancionada pelo Presidente da República Humberto Castelo Branco, Decretou em seu Art. 1º que:

As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

No que diz respeito à agricultura esta Lei em seu Art. 8º determinava que:

Art. 8º Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Uma grande diferença entre o velho e o novo Código, de acordo com Alceo Magnanini, no livro “Saudade do Matão”, é a categorização de florestas. No primeiro esta era imensa, por isso no novo código foi decidido que haveria apenas duas categorias: as florestas que poderiam ser derrubadas e as que não poderiam ser derrubadas, estas chamadas de “florestas de preservação permanente”.

Alguns outros pontos levantados nos depoimentos do livro de Teresa Urban sobre o novo código foram: a criação das unidades de conservação; a permissão da substituição das florestas nativas por florestas artificiais, eucaliptos e pinus (gerando uma grande devastação); e o fato de o Código de 65 ter um cunho mais socialista, por tornar as florestas bens da União e não das pessoas, foi onde surgiu a limitação do direito do uso da propriedade.

Após sua edição, o “Novo Código Florestal” sofreu diversas alterações. Em 1978, a Lei 6.535 incluiu dispositivo para proteger as florestas e demais formas de vegetação natural situadas em áreas metropolitanas. O Brasil já tinha uma economia de R\$ 568 milhões e uma população de 113,296 milhões de pessoas, com PIB per capita de R\$ 5.015.

Em 1986, a Lei 7.511 redefiniu as áreas de proteção nas margens dos rios e cursos d’água, estabelecendo como de proteção permanente as matas situadas a:

- 30m para os rios de menos de 10m de largura;
- 50m para os cursos entre 10m e 50m;

de 100m para os cursos entre 50m e 100m;
 150m para os cursos d'água entre 100 e 200 metros de largura;
 ou igual à distância entre as margens para os cursos d'água com largura superior a 200 (duzentos) metros.

A Lei 7.803, de 18 de julho de 1989, alterou a redação da Lei 4.771/1965 e revogou as Leis 6.535/1978 e 7.511/1986. Destaque-se a alteração feita no Art. 2º, que considera para efeitos de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

[...]

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Pela Lei 7.803/1989 o Art. 16 passa a vigorar com dois parágrafos, sendo que o segundo diz o seguinte:

§ 2º A reserva legal, assim entendida a área de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada, a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área.

Em 2001, a Medida Provisória (MP) 2.166-67, alterou novamente o Código Florestal, definindo a reserva legal como “a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas”.

O Art. 16 da MP manteve os limites mínimos para as reservas legais de florestas em propriedades privadas: 80% na Amazônia Legal; 35% na propriedade rural em área de cerrado da Amazônia Legal – no mínimo 20% na propriedade e 15% na forma de compensação em outra área, desde que localizada na mesma micro bacia; e 20% na propriedade rural situada em área de floresta, vegetação nativa e de campos gerais em qualquer outra região do país.

O Art. 44 da MP impôs aos proprietários de imóvel rural com floresta em extensão inferior ao previsto na lei, a adoção de medidas para recompor a reserva mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área necessária à complementação com espécies nativas. Esses proprietários precisam buscar a regeneração natural da reserva legal ou compensar com área equivalente, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma micro bacia. Os critérios são aqueles estabelecidos por órgão ambiental competente. Por fim, a MP “perdoa” o proprietário de multas e sanções por 30 anos, mediante a doação da área localizada no interior de parques e reservas públicas.

Em 2008, o Decreto 6.514 estabeleceu sanções e penalidades aos proprietários rurais que não averbaram as reservas legais localizadas em suas propriedades, com multas diárias de R\$ 50 a R\$ 500 por hectare, obrigando-os a apresentarem em até 180 dias um termo de compromisso de regularização da reserva legal na forma das alternativas previstas na lei.

O Art. 152 do Decreto estabelece que os embargos impostos em decorrência da ocupação irregular de áreas não averbadas e cuja

vegetação nativa tenha sido suprimida até 21 de dezembro de 2007, serão suspensos até 11 de dezembro de 2009. Para isto o interessado deveria pedir, mediante o protocolo, a regularização da reserva legal junto ao órgão ambiental competente, mas o dispositivo não se aplicava aos desmatamentos irregulares ocorridos no Bioma Amazônia.

O Decreto 7.029, 10 de dezembro de 2009, instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”. Neste, o Art. 2º definiu para efeitos de regularização ambiental em seu primeiro inciso que:

I - regularização ambiental: atividades desenvolvidas e implementadas no imóvel rural que visem atender ao disposto na legislação ambiental e, de forma prioritária, à manutenção e recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal;

No Art. 3º são indicados os instrumentos do “Programa Mais Ambiente”, onde se denota a preocupação com as áreas de preservação permanente em imóveis rurais, pelos seguintes instrumentos:

I - Termo de Adesão e Compromisso: documento formal de adesão, visando à regularização ambiental por meio do compromisso de recuperar, recompor ou manter as áreas de preservação permanente, bem como de averbar a reserva legal do imóvel;

II - Cadastro Ambiental Rural - CAR: sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade rural ou posse rural, contendo a delimitação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e remanescentes de vegetação nativa localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento; e

III - instrumentos de cooperação: instrumentos a serem firmados entre a União, Estados, Municípios, ou quaisquer de suas fundações e autarquias, ou instituição pública ou privada devidamente habilitada, com o objetivo de implementar as ações de que trata o Art. 9º.

A primeira iniciativa objetivando a revisão legislativa do Código Florestal de 1965 foi com o Projeto de Lei (PL) nº 1.876, apresentado

pelo Deputado Sérgio Carvalho (PSDB/ RO) em 19 de outubro de 1999. Tendo por isto, como casa iniciadora da discussão e votação, a Câmara dos Deputados – CD. Com o passar dos anos foram apensados ao PL 1.876/99 mais dez Projetos de Lei de autoria de outros deputados, estes PLs são: PL 4524/2004, PL 4395/2008, PL 5226/2009, PL 5367/2009, PL 5898/2009, PL 6238/2009, PL 4091/2008, PL 4619/2009, PL 6313/2009 e PL 6732/2010.

Para discutir e votar esta questão, foi criada uma Comissão Especial do Código Florestal dentro da Câmara, tendo como relator o Deputado Aldo Rebelo.

Além do Executivo, a sociedade civil também pode participar da revisão do Código de 1965, através das Audiências Públicas.

Em relação aos registros das Audiências Públicas, de acordo com Dos Santos (2012) há divergências quanto ao número de reuniões realizadas pela Comissão. Segundo o Presidente da Comissão Especial do Código Florestal, foram realizadas 69 audiências públicas, em 23 estados. Entretanto, somente foram encontrados registros de 36 Audiências Públicas, das quais 10 não possuíam material disponível para análise. Segundo o DETAQ (Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação), não haviam sido gravadas, por falta de solicitação da Comissão ou de Deputado interessado.

Apesar disto, foi somente após o Decreto 6.514 de 2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, determinando penas mais severas aos infratores, que as discussões em torno da revisão do Código se tornaram mais acaloradas.

No dia 06 de julho de 2010 ocorreu a votação do parecer do Relator ao PL 1876/99, onde:

Os Deputados Dr. Rosinha, Fernando Ferro, Paulo Teixeira, Ivan Valente, Sarney Filho, Edson Duarte e Valdir Colatto apresentaram votos em separado.

Em votação nominal, o Parecer do Relator, com substitutivo e complementação de voto, foi aprovado. Votaram a favor os Deputados Anselmo de Jesus, Ernandes Amorim, Homero Pereira, Luis Carlos Heinze, Moacir Micheletto, Paulo Piau, Valdir Colatto, Reinhold Stephanes, Marcos Montes, Moreira Mendes, Duarte Nogueira, Cezar Silvestri e Aldo Rebelo. Votaram contra os Deputados Dr. Rosinha, Ricardo Tripoli, Rodrigo Rollemberg, Sarney Filho e Ivan Valente.

Em votação de destaques, o texto do Relator foi mantido integralmente (Agência Câmara Notícias, 2010).

No dia 24 de maio de 2011, depois de dois anos em debate, o Código Florestal (PL 1.876/1999) ainda foi acompanhado de discussões durante a votação no Plenário. Considerado pela bancada ruralista um texto equilibrado, amplamente discutido com a sociedade, o projeto foi taxado pelos ambientalistas de “retrocesso”, que levou em consideração apenas os interesses dos grandes produtores rurais (Agência Câmara Notícias, 2011).

O dia foi marcado por protestos contra e a favor do novo Código Florestal. Representantes de entidades ligadas à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) disputaram espaço com integrantes da Via Campesina e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do lado de fora e dentro da Câmara.

O primeiro grupo argumentou que as mudanças devem garantir mais produtividade para o setor rural. Já para o segundo grupo, o relatório de Aldo beneficia somente os grandes produtores que não têm responsabilidade ambiental. A coordenadora-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Elisângela Araújo, chegou a afirmar que o texto de Aldo Rebelo não foi discutido com representantes da agricultura familiar. “Esse texto fará um desmante na legislação ambiental, pois só oferece uma licença para que os grandes produtores continuem desmatando”, disse. (Agência Câmara Notícias, 2011).

O ponto de maior discussão foi a emenda 164, que autorizava a intervenção ou supressão de vegetação em APPs e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 em casos de: utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, bem como nas atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural.

Além disso, outra polêmica da emenda foi a delegação do poder aos estados de estabelecer as atividades que possam justificar a regularização de áreas de preservação permanente (APPs) já desmatadas.

Em meio aos conflitos, a Ordem do Dia do Plenário, que estava marcada para as 10 horas da manhã, demorou a começar. Durante o dia, governistas se reuniram no Planalto para traçar estratégias. Somente por volta das 17 horas, lideranças do governo e da oposição se reuniram (Agência Câmara Notícias, 2011).

De acordo com a Agência Câmara Notícias, durante a votação da Emenda 164, no dia 25 de maio de 2011, o clima ficou tenso entre os deputados favoráveis ao texto e aqueles que se opunham à alteração.

A redação do Projeto de Lei prevaleceu com a aprovação da emenda 164, dos deputados Paulo Piau (PMDB-MG), Homero Pereira (PR-MT), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Darcísio Perondi (PMDB-RS), ao texto-base do relator, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que foi aprovado por 410 votos a 63 e 1 abstenção.

A emenda, aprovada por 273 votos a 182, também dá aos estados, por meio do Programa de Regularização Ambiental (PRA), o poder de estabelecer outras atividades que possam justificar a regularização de áreas desmatadas (Agência Câmara Notícias, 2011).

O líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) deixou claro que a decisão da aprovação do PL com essas modificações não estava de acordo com o que a presidenta Dilma Rousseff pensa. E acrescentou: “A presidente considera que essa emenda é uma vergonha para o Brasil, e me pediu para dizer isso aos deputados” (Agência Câmara Notícias, 2011).

O Projeto de Lei seguiu para o Senado, onde foi chamado de Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30 de 2011. Este foi votado e aprovado, no dia 06 de dezembro de 2011. Tendo como relatores, durante o processo, os senadores Jorge Viana, na Comissão do Meio Ambiente, e o Luiz Henrique da Silveira, nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Das 78 emendas de Plenário apresentadas pelos senadores ao substitutivo para o novo Código

Florestal (PLC 30/2011), o relator Jorge Viana (PT-AC) optou por acolher 26, quase todas relacionadas a mudanças de redação. Quatro emendas foram votadas separadamente, por acordo de líderes, e o Plenário acabou por rejeitá-las, seguindo recomendação do relator (Agência Senado, 2011).

Por terem ocorrido modificações no texto que havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados (CD), o texto substitutivo do Senado seguiu de volta para a CD para uma nova votação.

De acordo com a Agência Câmara de Notícias o relator Deputado Paulo Piau (PMDB-MG) propôs a retirada de diversos pontos do texto que veio do Senado. Os deputados aceitaram a maior parte destas exclusões e o texto do relator, aprovado por 274 votos a 184, no dia 25 de abril de 2012. Alguns dispositivos rejeitados foram:

- . imóveis de agricultura familiar e os com até 4 módulos poderiam recompor pela metade a APP em torno de rios maiores que 10 metros, com um mínimo de 30 m e um máximo de 100 m;
- . conselhos estaduais de meio ambiente definiriam as extensões e os critérios para recomposição de APP em torno de rios maiores que 10 metros de largura para imóvel com área superior a 4 módulos;
- . imóveis dentro dos limites de unidades de conservação de proteção integral criadas até a data de publicação da futura lei não poderiam ter áreas consolidadas;
[...]
- . os empreendedores deveriam manter a integridade dos manguezais arbustivos, tratar os efluentes e resíduos, pedir licenciamento ambiental;
[...]
- . quem desmatou ilegalmente vegetação nativa após 22 de julho de 2008 seria proibido de receber benefícios do programa de apoio;
[...]
- . em áreas de preservação permanente ocupadas por atividades rurais consolidadas até 22 de julho de 2008 os proprietários teriam de recompor 30

metros de mata em torno de olhos d'água (Agência Câmara de Notícias, 2012).

Depois de ser aprovado, pela Câmara dos Deputados (CD), o PL 1.876/99 seguiu para a sanção da Presidente da República, Dilma Rousseff.

Ocorreu uma movimentação grande por parte de Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas e a sociedade civil, solicitando que a Presidente não sancionasse o Projeto de Lei já aprovado na CD, e para isto utilizaram o bordão “Veta, Dilma”. Segundo a revista Exame, 2012, uma carta com mais de dois milhões de assinaturas foi entregue no Planalto Central com o mesmo pedido.

No dia 25 de maio de 2012 a presidente Dilma Rousseff sancionou o texto do novo código com doze vetos (Agência Senado, 2012). Três dias depois o governo publicou no Diário Oficial da União a Medida Provisória 571/ 2012 para suprir lacunas deixadas pelos vetos, totalizando, além dos doze vetos, trinta e duas modificações, das quais quatorze destas recuperaram o texto anteriormente aprovado pelo Senado (PLC 30/2011) (Agência Senado, 2012).

Foi vetado o Art. que tratava de recomposição de APPs ocupadas até 2008 com cultivos ou criações. De acordo com a MP, propriedades com até 1 módulo fiscal deverão recompor uma faixa de 5 metros de mata, independentemente do tamanho do rio.

Em imóveis com área de um a dois módulos, será obrigatória a recomposição de faixa de mata de 8 metros de largura e em imóveis de 2 a 4 módulos, serão 15 metros de mata, para rios de qualquer tamanho.

A medida provisória restabeleceu princípios da lei florestal, entre os quais o reconhecimento das florestas como bens de interesse comum aos brasileiros. Também modificou o Art. que trata dos conceitos definidos na lei para, por exemplo, limitar a prática de pousio (interrupção de cultivos visando a recuperação do solo) a no máximo cinco anos e em até 25% da área produtiva da propriedade.

Também reestabeleceu conceitos de área abandonada e de áreas úmidas, ambos previstos

no texto aprovado no Senado, mas excluídos pela Câmara (Agência Senado, 2012).

Após a apresentação da MP 571 de 2012, ocorreu um prazo, de dez dias, para que os parlamentares pudessem dar sugestões de mudanças, resultando em seiscentos e vinte propostas de emendas (Agência Senado, 2012). As emendas foram analisadas por uma comissão mista (com deputados e senadores) encarregada de emitir um parecer sobre a Medida Provisória, como presidente ficou o Deputado Bohn Gass (PT – RS) e como relator o Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB – SC) (Agência Câmara de Notícias, 2012).

No texto do relator foram destacadas 343 emendas. O número de emendas foi reduzido ainda mais, para que fosse possível a análise. Foram 29 emendas escolhidas pela bancada ruralista e nove emendas escolhidas pela ambientalista, totalizando trinta e oito emendas para análise da comissão, de acordo com a Agência Câmara de Notícias, 2012.

Após as votações foi sancionada a lei nº 12.727, no dia 17 de outubro de 2012, que altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

O processo de revisão legislativa do Código Florestal passou treze anos tramitando para que, então, recebesse o texto que vigora atualmente e, durante este período, fez da câmara e do senado dois palcos de conflito de interesses entre duas partes, a ambientalista e a ruralista.

Por toda polêmica envolvida no processo e pelo o que o Código Florestal pode afetar no futuro da preservação da fauna e flora do Brasil, faz-se necessária a análise de alguns aspectos relacionados a esta lei.

Este trabalho focará em dois instrumentos instituídos pela Lei 12.651/2012, o Programa de Recuperação Ambiental e o Cadastro Ambiental Rural, os quais serão estudados tanto no Código, quanto nos Decretos e instrução normativa, que os regulamentam.

Complementando esta parte do estudo, se analisará as opiniões de duas partes, o ambientalista e o ruralista. Para isto serão utilizados entrevistas e textos de duas figuras importantes neste processo: atual Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, como representante da parte ruralista e o advogado Raul do Valle, como representante da parte ambientalista.

Será analisado o que já foi realizado, no Brasil e mais especificamente em Santa Catarina, em relação a estes instrumentos de controle da preservação. Ainda em Santa Catarina será elaborado um

diagnóstico crítico da situação indicando os possíveis caminhos para que a lei em questão seja posta em prática, tendo conhecimento da realidade do estado.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Avaliar a implementação do Cadastro Ambiental Rural no Estado de Santa Catarina. Fazer um diagnóstico do quadro no Estado após à vigência da lei 12.651 de 2012, em relação ao Cadastro Ambiental Rural e ao Programa de Recuperação Ambiental.

2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar e avaliar o que já foi realizado no Brasil;
2. Analisar o que já foi realizado e o que será realizado em Santa Catarina, nos órgãos ambientais competentes e entidades parceiras;
3. Elaborar um diagnóstico crítico da situação indicando os possíveis caminhos para a efetivação da nova lei no Estado de Santa Catarina;
4. Analisar a opinião da parte ruralista, ambientalista e do governo.

3 METODOLOGIA

1. Revisão Bibliográfica

O estudo foi feito a partir da consulta a textos legais (lei, Decreto e instrução normativa), sítios eletrônicos de entidade governamentais e não governamentais.

Os textos legais utilizados foram tirados das páginas oficiais do Palácio do Planalto e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A lei que deu base a toda o estudo feito sobre o Cadastro Ambiental Rural o Programa de Regularização Ambiental, foi a nº 12.651 de 2012. Com o objetivo de aprofundar o assunto e obter mais detalhes, foram estudados: os Decretos nº 7.830 de 2012 e nº 8.235 de 2014, o primeiro dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural e estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental. O segundo Decreto estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, institui o Programa Mais Ambiente Brasil. Além destes Decretos, analisou-se a instrução normativa nº 2 de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural.

2. Avaliação de posicionamento de representantes de setores envolvidos

A escolha de representantes foi feita através de um levantamento de sítios eletrônicos, das três vertentes (ambientalista, agronegócio e agricultura familiar), relacionados ao assunto em questão. Destes, foram selecionados: para a parte ambiental, o sítio do Observatório do Código Florestal e do Instituto Socioambiental; para parte do agronegócio, o sítio do Canal do Produtor e da Senadora Kátia Abreu. Após o levantamento do conteúdo destes sítios, foram escolhidos como representantes, o advogado Raul do Valle, na parte ambiental, e a senadora Kátia Abreu, na parte do agronegócio. Ambos por terem exposto, muitas vezes, suas opiniões durante todo o processo de implantação do Código Florestal.

Foram analisados todos os Art.s escritos sobre o assunto, tanto pela senadora Kátia Abreu, quanto pelo advogado Raul do Valle e

posteriormente foram compiladas as partes mais relevantes para, assim, ter uma ideia geral do que pensam estes dois “lados”.

3. Análise das ações realizadas em relação ao CAR e aos PRAs.

Escolha de sítios eletrônicos de organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas, do Governo (Federal, Estadual e Municipal) e de sindicatos e grupos de trabalhadores rurais, com a finalidade de analisar o que já foi realizado, até então, em relação ao Cadastro Ambiental Rural e os Programas de Regularização Ambiental.

Foram utilizados como fonte de informações o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Observatório do Código Florestal, a Iniciativa de Observação, Verificação e Aprendizagem do CAR, a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina, Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, e os textos legais do Código Florestal de Santa Catarina (Lei nº 14.675 de 2009), Decreto estadual referente à aplicação do CAR (Decreto nº 2219 de 2014) e Instrução Normativa SDS/ SAR nº 1 de 2014.

4 RESULTADOS

4.1 Legislação Federal

4.1.1 Lei nº 12.651 de 2012

No dia 25 de maio de 2012 foi aprovada a Lei nº 12.651, conhecida como a Lei de Proteção da Vegetação Nativa. A nova lei dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, tendo como objetivo principal o desenvolvimento sustentável, e revoga a lei 4.771 de 1965, código florestal vigente até então.

De acordo com o Art. 1ºA, a lei nº 12.651 estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Tendo como objetivo, de acordo com o Parágrafo único, o desenvolvimento sustentável.

A Lei de Proteção da Vegetação Nativa atende a alguns princípios importantes, como: o compromisso com a conservação das florestas brasileiras e todos os outros tipos de vegetação nativa, a biodiversidade, recursos hídricos, visando o bem estar das gerações presentes e futuras (Art. 1ºA, inciso I); a reafirmação da importância da atividade agropecuária e das florestas e vegetações nativas na sustentabilidade, crescimento econômico e qualidade de vida do país (Art 1ºA, inciso II); ação governamental para a proteção e uso sustentável das florestas, para que haja harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação dos recursos naturais. Sendo responsabilidade tanto da União, quanto dos Estados, Distrito Federal, Municípios, em colaboração com a sociedade civil, a criação de políticas de incentivo a preservação e restauração da vegetação nativa (Art. 1ºA, inciso III e IV).

Durante toda a discussão da Lei 12.651/12, houve alguns pontos polêmicos, como a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APP), por ocorrerem mudanças no tamanho da faixa de vegetação nativa obrigatória nas margens de rios e outros corpos d'água. A área de Reserva Legal (RL) também sofreu modificações, sendo uma delas a possibilidade da inclusão da APP na porcentagem obrigatória de vegetação nativa, em alguns casos. Outro ponto de grande discussão foi

a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da obrigatoriedade da União, Estados e Distrito Federal de criarem Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

No texto da lei nº 12.651 de 2012, tanto o Cadastro Ambiental Rural, quanto o Programa de Regularização Ambiental, estão apenas descritos em linhas gerais. O detalhamento destes, só veio com a publicação dos Decretos: nº 7.830 de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental; e o nº 8.235 de 2014, que estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. Além dos Decretos, foi publicada a Instrução Normativa/ MMA nº 2 de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural.

De acordo com a Lei de Proteção à Vegetação Nativa, o CAR tem como objetivo integrar informações sobre as propriedades rurais de todo o Brasil, visando um maior controle do desmatamento e para, assim, planejar um efetivo combate a este problema.

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

No § 1º fica determinado que as inscrições devam ser feitas, preferencialmente, nos órgãos ambientais estaduais ou municipais e estes devem exigir do proprietário rural:

- I - identificação do proprietário ou possuidor rural;
- II - comprovação da propriedade ou posse;
- III - identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um

ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

Ainda no Art. 29, § 3º, torna-se obrigatória a inscrição de todas as propriedades e posses rurais no CAR, e esta deve ser realizada no prazo de um ano, podendo ser prorrogada por mais um ano, por determinação do Chefe do Poder Executivo. Definiu-se, também, no § 2º, que o cadastro não substitui o título que comprova o direito de propriedade ou posse.

No caso de o proprietário já ter averbado a sua Reserva Legal, e esta conter informações como perímetro e localização desta área, de acordo com o Art. 30, o proprietário não será obrigado a fornecer ao órgão ambiental as informações relativas à Reserva Legal. Para que o proprietário se desobrigue, deverá apresentar ao órgão ambiental competente a certidão de registro de imóveis onde conste a averbação da Reserva Legal ou termo de compromisso já firmado nos casos de posse (Parágrafo único).

O Programa de Regularização Ambiental (PRA), na Lei de Proteção à Vegetação Nativa, é citado no Art. 59, dentro do Capítulo XIII das Disposições Transitórias, onde se estabelece o prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação da Lei, prorrogável por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo, para que a União, os Estados e o Distrito Federal implantem os PRAs de posses e propriedades rurais.

De acordo com o § 1º, na regulamentação dos PRAs, a União torna-se responsável por estabelecer, em até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação da Lei, normas de caráter geral. Ao passo que, os Estados e o Distrito Federal têm o dever de detalhar estas normas, por meio da edição de normas de caráter específico, em razão de suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais.

No § 2º, é citada a ligação entre o CAR e o PRA, onde a inscrição no primeiro é condição obrigatória para a adesão ao segundo, devendo esta ser requerida no período de 1 (um) ano, contado a partir da implantação do programa, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Após o requerimento de adesão ao PRA, o órgão que integra o SISNAMA deverá convocar o proprietário para assinar o termo de compromisso, que constituirá título executivo extrajudicial (Art. 59, § 3º). Após a adesão ao PRA, o proprietário não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 2008, como esclarece o § 4º:

No período entre a publicação desta Lei e a implantação do PRA em cada Estado e no Distrito Federal, bem como após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

Após a assinatura do termo de compromisso, as sanções decorrentes das infrações mencionadas no § 4º do Art. 59 estarão suspensas. Ao cumprir todas as obrigações estabelecidas no termo de compromisso no prazo estabelecido, o proprietário terá suas multas convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA (§ 5º, Art. 59).

No Art. 17, que fala do regime de proteção da Reserva Legal (RL), § 4º, é dito que o processo de recomposição da RL deve ser iniciado, nas áreas de RL desmatadas após 22 de julho de 2008, em até 2 (dois) anos após a publicação da Lei, e concluído nos prazos estabelecidos pelo PRA.

O Art. 66 trata da propriedade rural que tem passivo ambiental em área de Reserva Legal em 22 de julho de 2008. Neste caso o proprietário poderá regularizar a situação, independentemente da adesão ao PRA, adotando as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente:

- I - recompor a Reserva Legal;
- II - permitir a regeneração natural da vegetação na área de Reserva Legal;
- III - compensar a Reserva Legal.

4.1.2 Decreto nº 7.830 de 2012

No Decreto nº 7.830 de 2012 é regulamentado o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) que, de acordo com o inciso I do Art. 2º, é o sistema eletrônico de âmbito nacional destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais.

O SICAR, de acordo com o Art. 3º, terá como objetivo integrar os dados do CAR de todos os entes federativos e controlar todas as informações dos imóveis rurais, como seu perímetro e localização, aos remanescentes de vegetação nativa, às áreas de interesse social, às áreas de utilidade pública, às Áreas de Preservação Permanente, às Áreas de Uso Restrito, às áreas consolidadas e às Reservas Legais. Além dessas atribuições, também será responsável pelo monitoramento da manutenção, a recomposição, a regeneração, a compensação e a supressão da vegetação nativa e da cobertura vegetal nas áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito, e de Reserva Legal, no interior dos imóveis rurais. Possuindo todas estas informações, o SICAR promoverá o planejamento ambiental e econômico do solo e conservação ambiental no território nacional. O conhecimento sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais deverá ser disponibilizado publicamente utilizando a Internet. Ainda no Art. 3º, inciso V, § 1º ao 4º, é detalhado o funcionamento da integração dos CARs de todos os entes federais.

§ 1º Os órgãos integrantes do SINIMA disponibilizarão em sítio eletrônico localizado na Internet a interface de programa de cadastramento integrada ao SICAR destinado à inscrição, consulta e acompanhamento da situação da regularização ambiental dos imóveis rurais.

§ 2º Os entes federativos que não disponham de sistema para o cadastramento de imóveis rurais poderão utilizar o módulo de cadastro ambiental rural, disponível no SICAR, por meio de instrumento de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente.

§ 3º Os órgãos competentes poderão desenvolver módulos complementares para atender a peculiaridades locais, desde que sejam compatíveis com o SICAR e observem os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING, em linguagem e mecanismos de gestão de

dados.

§ 4º O Ministério do Meio Ambiente disponibilizará imagens destinadas ao mapeamento das propriedades e posses rurais para compor a base de dados do sistema de informações geográficas do SICAR, com vistas à implantação do CAR.

Aqueles que já possuem sistema de cadastramento de imóveis rurais deverão integrar sua base de dados ao SICAR (Art. 4º).

Em relação ao Cadastro Ambiental Rural, de acordo com o Art. 6º, o declarante fica responsável pelas informações, caso estas sejam falsas, enganosas ou omissas, isto resultará em sanções penais e administrativas. As informações deverão ser atualizadas periodicamente ou quando houver alguma mudança de domínio ou posse, esta só poderá ser efetuada pelo proprietário.

Havendo pendências ou falsas informações na declaração e nos documentos apresentados no CAR, o órgão responsável deverá enviar uma notificação, uma única vez, ao proprietário, para que este faça as devidas correções e adequações em um prazo estabelecido pelo órgão, sob pena de cancelamento da inscrição. Quando julgar necessário, o órgão competente poderá vistoriar em campo, para verificar se as informações declaradas procedem e se os compromissos assumidos estão sendo postos em prática. Após sua inscrição no SICAR, esta já será considerada efetiva, a menos que ocorra a manifestação do órgão responsável acerca de pendências ou falsas informações declaradas. O proprietário rural deverá ter sempre os documentos comprobatórios das informações, pois estes poderão ser solicitados a qualquer momento, podendo ser fornecidos por meio digital (Art. 7º).

Tanto no texto da lei, quanto no Art. 5º deste Decreto, são descritas as informações necessárias para os proprietários efetuarem o cadastramento rural. No Art. 8º é mostrado um procedimento simplificado para imóveis com até quatro módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, e aos povos e comunidades indígenas e tradicionais que façam uso coletivo do seu território (§ 3º). Para estes imóveis, especificamente, será obrigatória apenas:

A identificação do proprietário ou possuidor rural, a comprovação da propriedade ou posse e a apresentação de croqui que indique o perímetro do imóvel, as Áreas de Preservação Permanente e os remanescentes que formam a Reserva Legal.

O proprietário terá a obrigação de apresentar os dados para a identificação da área proposta de Reserva Legal (RL). Os órgãos responsáveis farão a captação das respectivas coordenadas geográficas, ao passo que o poder público prestará apoio técnico e jurídico, assegurando a gratuidade no registro da RL, sendo opcional ao proprietário fazê-lo por seus próprios meios (§ 1º e 2º).

No Decreto 7.830 de 2012, Art. 9º, fica definido que os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) “compreenderão o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental”. Para tal, serão utilizados quatro instrumentos: o Cadastro Ambiental Rural; o termo de compromisso; o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRAD); e as Cotas de Reserva Ambiental (CRA). (Art. 9º, Parágrafo único)

De acordo com o Art. 14, o proprietário que já for inscrito no CAR e for autuado por infrações cometidas em um período anterior a 22 de julho de 2008, durante o prazo de requerimento da adesão ao PRA (Art. 11), poderá tornar sua situação regular efetuando este requerimento, aplicando-se-lhe, assim, a suspensão das sanções decorrentes das infrações (Art. 13).

As entidades responsáveis, tanto na esfera federal como estadual, devem criar PRAs que incluam mecanismo que permitam :

O acompanhamento de sua implementação, considerando os objetivos e metas nacionais para florestas, especialmente a implementação dos instrumentos previstos na Lei nº 12.651 de 2012, a adesão cadastral dos proprietários e possuidores de imóvel rural, a evolução da regularização das propriedades e posses rurais, o grau de regularidade do uso de matéria-prima florestal e o controle e prevenção de incêndios florestais. (Art. 15).

Incluso no Termo de Compromisso estará o cronograma, pelo qual o PRAD deverá ser baseado para que as atividades contidas nele sejam concluídas no tempo estabelecido. A recomposição da Reserva Legal deverá ser finalizada em vinte anos (um décimo de área a cada dois anos) e haverá critérios, estipulados pelo órgão competente do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), a serem atendidos. O

proprietário pode optar pelo uso alternativo do solo da área de recomposição da RL, excetuando a área da parcela mínima definida no Termo de Compromisso que já tenha sido ou que esteja sendo recomposta, devendo adotar práticas conscientes, levando em conta a conservação do solo e água. (Art. 16)

Os Programas de Regularização Ambiental precisam conter as sanções a serem aplicadas, caso não ocorra o cumprimento do Termo de Compromisso firmado. (Art. 17)

Em relação à recomposição da área de RL, o Art. 18 repete a previsão do Art. 66 da lei n 12.651, reafirmando a possibilidade de esta ser realizada com um plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, porém seguindo os seguintes parâmetros:

I – o plantio de espécies exóticas deverá ser combinado com as espécies nativas de ocorrência regional; e

II – a área recomposta com espécies exóticas não poderá exceder a cinquenta por cento da área total a ser recuperada.

O proprietário, que escolher este método de recomposição, terá o direito de explorar economicamente a parte de espécies exóticas plantada. (Parágrafo único)

De acordo com o Art. 19, em relação à recomposição das Áreas de Preservação Permanente, podem ser adotadas, isolada ou conjuntamente, três possibilidades:

I – condução de regeneração natural de espécies nativas;

II – plantio de espécies nativas;

III – plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, exóticas com nativas de ocorrência regional, em até cinquenta por cento da área total a ser recomposta, no caso dos imóveis a que se refere o inciso V do Art. 3º da Lei 12.651, de 2012.

O § 8º determina que, para a finalidade de recuperação de APP, a área considerada será a detida pelo imóvel rural em 22 de julho de 2008.

Os imóveis rurais, que possuam áreas consolidadas em APP ao longo de cursos d'água naturais, terão a obrigação de recompor as respectivas faixas marginais, estas serão contadas da borda da calha do

leito regular. O que irá mudar é a largura desta faixa, pois dependerá do tamanho da propriedade rural, conforme dispôs a lei 12.651 no seu Art. 61-A. Quando o imóvel tiver uma área de até um módulo fiscal, a faixa deverá ter cinco metros (§ 1º); quando a área for superior a um módulo e de até dois módulos fiscais, a faixa deverá ter oito metros (§ 2º); quando a área for superior a dois módulos fiscais e de até quatro módulos fiscais, a faixa deverá ter quinze metros (§ 3º). Todas estas determinações quanto ao tamanho de faixa marginal não dependem da largura do curso d'água.

Como determinado no inciso II do § 4º do Art. 61-A da Lei nº 12.651 de 2012, a recomposição das faixas marginais ao longo dos cursos d'água naturais será de, no mínimo:

- I – vinte metros, contados da borda da calha regular, para imóveis com área superior a quatro e de até dez módulos fiscais, nos cursos d'água com até dez metros de largura; e
- II – nos demais casos, extensão correspondente à metade da largura do curso d'água, observado o mínimo de trinta e o máximo de cem metros, contados da borda da calha do leito regular.

Para imóveis rurais com áreas consolidadas em APP, tanto no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, quanto no entorno de lagos e lagoas naturais, de acordo com os §§ 5º e 6º, assim como está previsto na legislação federal, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural. Apesar disso, será obrigatório, recompor um raio mínimo de quinze metros, no caso de nascentes e olhos d'água perenes e no segundo caso, há quatro tamanhos definidos de faixa marginal mínima:

- I – cinco metros, para imóveis rurais com área de até um módulo fiscal;
- II – oito metros, para imóveis rurais com área superior a um módulo fiscal e de até dois módulos fiscais;
- III – quinze metros, para imóveis rurais com área superior a dois módulos fiscais e de até quatro módulos fiscais; e
- IV – trinta metros, para imóveis com área superior a quatro módulos fiscais.

Existem também, segundo o § 7º, os casos onde as áreas consolidadas se localizam em veredas, onde será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal, delimitadas a partir do espaço brejoso e encharcado, de largura mínima de:

I – trinta metros, para imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais; e

II – cinquenta metros, para imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais.

4.1.3 Decreto nº 8.235 de 2014

Em maio de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.235 que, juntamente com o Capítulo III do Decreto nº 7.830 de 2012, normatiza o Programa de Regularização Ambiental e institui o Programa Mais Ambiente Brasil.

Estes programas serão restritos à regularização das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, podendo fazê-la através de recuperação, recomposição, regeneração ou compensação, sendo a última válida somente para Áreas de Reserva Legal (Art. 2º).

Sobre o CAR, o Decreto reafirma a necessidade da inscrição dos imóveis rurais pelos proprietários e possuidores (Art. 3º), não havendo necessidade da contratação de um técnico responsável (§ 5º) para este fim. O Decreto também cita novamente o papel do CAR em relação ao SICAR e ao PRA, acrescentando no § 4º que as áreas degradadas ou alteradas serão consideradas áreas antropizadas para efeitos de cadastramento.

Para a implantação dos Programas de Regularização Ambiental são citados, no Art. 4º, alguns requisitos:

I- termo de compromisso, com eficácia de título executivo extrajudicial;

II- mecanismos de controle e acompanhamento da recomposição, recuperação, regeneração ou compensação e de integração das informações no Sicar; e

III – mecanismos de acompanhamento da suspensão e extinção da punibilidade das infrações de que tratam o § 4º do Art. 59 e o Art. 60 da Lei nº 12.651, de 2012, que incluam informações sobre o cumprimento das obrigações firmadas para a suspensão e o encerramento dos

processos administrativo e criminal.

No caso do termo de compromisso só será firmado, pelo órgão competente, um por imóvel rural (§ 1º).

De acordo com o § 2º, para o proprietário, que optar pela compensação da reserva legal, será exigida a apresentação de documentos que comprovem uma das opções previstas no § 5º do Art. 66 da Lei nº 12.651, de 2012.

O termo de compromisso assinado para a adesão ao PRA deverá conter:

- I- o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas ou dos representantes legais;
 - II- os dados da propriedade ou posse rural;
 - III- a localização da Área de Preservação Permanente ou Reserva Legal ou área de uso restrito a ser recomposta, recuperada, regenerada ou compensada;
 - IV- descrição da proposta simplificada do proprietário ou possuidor que vise à recomposição, recuperação, regeneração ou compensação das áreas referidas no inciso III;
 - V- prazos para atendimento das opções constantes da proposta simplificada prevista no inciso IV e o cronograma físico de execução das ações;
 - VI- as multas ou sanções que poderão ser aplicadas aos proprietários ou possuidores de imóveis rurais compromissados e os casos de rescisão, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas; e
 - VII- o foro competente para dirimir litígios entre as partes.
- (Art. 5º).

O proprietário, que optar pela compensação da Reserva Legal, deverá informar no termo a localização da área onde irá efetuar a (§ 1º). Ainda no que se refere à área de Reserva Legal, fica determinado que o termo de compromisso poderá ter uma vigência de até vinte anos (§ 3º).

Caso o território seja de uso coletivo ou concedido aos povos e comunidades tradicionais, o termo de compromisso será assinado pela instituição ou entidade representativa (§ 4º). Sendo assentamento de reforma agrária, o compromisso é firmado pelo beneficiário e pelo órgão fundiário (§ 5º).

Após a assinatura do termo de compromisso, o órgão competente fará a inserção imediata no SICAR das informações e das obrigações de regularização ambiental (Art. 6º). A alteração do termo de compromisso só será autorizada, de acordo com o Art. 7º, em razão de evolução tecnológica, caso fortuito ou força maior. Havendo a necessidade de mudança das obrigações pactuadas ou das especificações técnicas, o proprietário deverá encaminhar uma solicitação, com justificativa, para análise do órgão competente (Art. 8º). Esta situação só não será aplicada aos casos de regularização de Reserva Legal através de compensação.

De acordo com o Art. 9º, enquanto o termo de compromisso for cumprido, os proprietários ficarão isentos das sanções administrativas associadas aos fatos que deram origem a este. Esta suspensão só vale para penalidades a infrações anteriores a 22 de julho de 2008, como é previsto na lei 12.651/ 12. Em caso de descumprimento do termo, o processo administrativo retorna e serão adotadas providências para o prosseguimento do processo criminal.

O órgão ambiental competente poderá utilizar recursos tecnológicos para o monitoramento dos processos de recuperação (Art. 10). Ao fim deste, tanto o proprietário, quanto o órgão que efetivou a autuação receberão uma notificação atestando o término (Art. 11).

O órgão ambiental deverá inscrever as informações no SICAR e, de acordo com o Parágrafo único do Art. 11, o processo será concluído e as eventuais multas e sanções serão consideradas convertidas em serviços de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente.

No caso em que o proprietário já tivesse algum termo de compromisso ou instrumentos similares para regularização ambiental referente às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito, firmados anteriormente a Lei nº 12.651 de 2012, estes podem ser revistos e adequados a nova lei, devendo ser inscritos no SICAR. Caso não haja pedido de revisão, os termos e instrumentos serão respeitados (Art. 12).

Para a integração dos Programas de Regularização Ambiental dos estados foi criado, no Capítulo III deste Decreto, o Programa Mais Ambiente Brasil. Este será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e terá como atribuições:

- I- educação ambiental;
- II- assistência técnica e extensão rural;
- III- produção e distribuição de sementes e mudas;
- e
- IV- capacitação de gestores públicos envolvidos

no processo de regularização ambiental dos imóveis rurais nos Estados e no Distrito Federal. (Art. 14).

Nas disposições finais (Capítulo IV) foi definido que as áreas prioritárias para compensação de Área de Reserva Legal são:

- I - as áreas definidas pelo Ministério do Meio Ambiente, nos termos do Decreto no 5.092, de 21 de maio de 2004;
- II - as unidades de conservação de domínio público pendentes de regularização fundiária;
- III - as áreas que abriguem espécies migratórias ou ameaçadas de extinção, segundo lista oficial publicada pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama; e
- IV - as áreas identificadas pelos Estados e Distrito Federal.

A compensação só estará oficialmente concluída quando for apresentado o termo de doação (Art. 18). Então o órgão competente efetuará o registro no SICAR (Art. 19), este disponibilizará a situação das informações declaradas no CAR relativas às Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito (Art. 20).

4.1.4 Instrução Normativa nº2/ MMA de 2014

No dia 06 de maio de 2014 foi publicada no Diário Oficial da União a Instrução normativa nº 2/ MMA, que, de acordo com o Art. 1º, tem como objetivo:

Estabelecer procedimentos a serem adotados para a inscrição, registro, análise e demonstração das informações ambientais sobre os imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural - CAR, bem como para a disponibilização e integração dos dados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural- SICAR.

O SICAR disponibilizará os instrumentos para o cadastramento dos imóveis rurais, a implementação será progressiva, conforme a evolução do sistema e o processo de integração das bases de dados dos

entes federados (Art. 4º). Estes ainda poderão optar por ter seu próprio sistema de cadastro, porém devem seguir os critérios disponíveis no sítio eletrônico do CAR e no Decreto nº 7.830/ 2012 (Art. 5º).

O acesso, do proprietário rural cadastrado, para consultas das informações declaradas no SICAR, será feito utilizando o Cadastro de Pessoa Física – CPF ou o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica –CNPJ ou o número de inscrição no CAR e senha pessoal, gerada pelo SICAR (Art. 8º).

Quanto a integração das informações pelos entes federativos, a instrução normativa, no Art. 11, dá aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) a tarefa de implementar serviços *web* a serem disponibilizados para o SICAR, que contemplarão:

- I- dados cadastrais do proprietário ou possuidor;
- II- dados cadastrais do imóvel rural;
- III – dados de localização geográfica do imóvel rural e das áreas detalhadas em sua planta ou croqui de identificação; e
- IV-situação no CAR do imóvel rural, sendo ativo, pendente ou cancelado, conforme Art. 51 desta Instrução Normativa.

As informações do SICAR, que serão disponibilizadas para o público, serão limitadas:

- I- ao número de registro do imóvel no CAR;
- II- ao município;
- III- à Unidade da Federação;
- IV- à área do imóvel;
- V- à área de remanescentes de vegetação nativa;
- VI- à área de Reserva Legal;
- VII-às Áreas de Preservação Permanente;
- VIII-às áreas de uso consolidado;
- IX- às áreas de uso restrito;
- X - às áreas de servidão administrativa; XI- às áreas de compensação; e
- XII- à situação do cadastro do imóvel rural no CAR. (Art. 12)

A inscrição no CAR é gratuita e deverá conter, de acordo com os Art. 13 e 14, juntamente aos documentos de identificação do

proprietário e da propriedade, uma planta georreferenciada da área do imóvel, ou um croqui, no caso das pequenas propriedades, posse rural familiar, terras indígenas e comunidades tradicionais. Tanto a planta georreferenciada, como o croqui, devem indicar a área do imóvel, Áreas de Preservação Permanente, as áreas de remanescentes de vegetação nativa que formam a Reserva Legal, as áreas de servidões administrativas, áreas consolidadas e as áreas de uso restrito, quando houver. Todas estas exigências já estão previstas na Lei 12.651/ 12.

O proprietário de pequena propriedade, de até quatro módulos fiscais, bem como das áreas de terras indígenas e comunidades tradicionais poderão solicitar apoio institucional ou de entidade habilitada para proceder à inscrição no CAR (Art. 30).

A instrução normativa ainda determina que para o imóvel rural que tiver mais de um proprietário, deverá ser feita uma única inscrição, porém indicando a identificação correspondente a todos os proprietários (Art. 31). Já no caso em que o proprietário que tenha mais de uma propriedade em área contínua, deve-se efetuar uma única inscrição (Art. 32).

Caso o imóvel rural esteja localizado em mais de um ente federado, a inscrição deverá ser feita naquela que contemple o maior percentual de sua área (Art. 33).

Quando o imóvel rural estiver localizado na zona de transição de biomas, deverá ser levada em conta a tipologia da vegetação, caracterizada nos mapas fitogeográficos do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) (Art. 34).

Em relação aos autos de infração emitidos pelos órgãos competentes, se estes forem anteriores a 22 de julho de 2008, fica facultado o proprietário declarar no CAR. Os entes federados poderão disponibilizar a situação atualizada das autuações efetivadas (Art. 39).

As informações declaradas no cadastro deverão ser atualizadas sempre que houver notificação dos órgãos competentes ou quando houver alteração de natureza dominial ou possessória (Art. 40).

Quem tem a responsabilidade de analisar os dados cadastrados no sistema é o órgão estadual, distrital ou municipal competente (Art. 42). Este pode, no processo de análise, realizar vistorias no imóvel rural, bem como solicitar ao proprietário a revisão das informações declaradas e os respectivos documentos comprobatórios (Art. 44). Atribui-se ao órgão estadual competente a aprovação da localização da Reserva Legal proposta na inscrição do imóvel no CAR (Art. 47).

Na Seção III desta instrução normativa há um esclarecimento

sobre imóveis situadas parcial ou totalmente em Unidades de Conservação (UCs), integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O proprietário deve inscrever o seu imóvel no CAR e, havendo passivo ambiental, terá a possibilidade de compensar a Reserva Legal por doação ao poder público, indicando o interesse na sua inscrição (Art. 62).

Nas Disposições Finais (Capítulo VI), o Art. 63 trata dos imóveis inscritos até 18 de outubro de 2012 no Programa Mais Ambiente, que foi extinto, determinando que estes poderão migrar para o CAR. As inscrições, que migrarem, serão analisadas pelos órgãos competentes que poderão solicitar modificações ou complementações, estabelecendo um prazo para estas.

4.2 - Diferentes Visões da Legislação

Durante todo o debate legislativo do Projeto de Lei 1.876/99, foi percebida e relatada uma “polarização” na discussão.

De um lado estão os grandes produtores. Do outro, trabalhadores rurais, representantes da agricultura familiar, assentados e ambientalistas. Ninguém mais fala abertamente em desmatar, mas o discurso da preservação ambiental foi assumido de forma muito diferente pelas duas trincheiras (IPAM, 2010).

Para demonstrar essa divisão nas opiniões relativas à reforma do Código Florestal, foram colhidas opiniões de dois atores que participaram ativamente deste debate: A Ministra Katia Abreu representando o agronegócio e o ambientalista Raul do Valle, representando as entidades ambientalistas.

Kátia Abreu – Parte Ruralista

Kátia Abreu foi presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), foi senadora (PMDB-TO), e tornou-se Ministra da Agricultura, além de colunista da Folha de São Paulo. No passado foi líder dos produtores, primeiramente no Sindicato Rural de Gurupi, sua cidade, e foi a presidente da Federação da Agricultura do Tocantins, seu estado.

Após a aprovação do novo código florestal, a senadora disse que o país terá segurança jurídica para fazer agricultura sem prejudicar o meio ambiente. “A partir de hoje começa uma nova fase para cumprir a legislação e mostrar ao Brasil que podemos fazer uma agricultura sustentável. Os dois caminhos são possíveis” (ABREU, 2012).

Segundo Abreu (2013), toda a votação do código florestal foi feita sob a luz da imprensa livre. Vencendo o “ambientalismo republicano”, que produziu a legislação ambiental mais restritiva e protetora da natureza.

Em um Art. publicado no jornal Folha de São Paulo, Abreu (2012) diz que a versão final da Lei 12.651/2012 não é, nem de longe, uma vitória para os produtores rurais. Disse, também, que é a lei mais restritiva em relação à utilização da terra para a produção agrícola e ao aproveitamento dos recursos naturais em geral. No mesmo Art. ela cita exemplos internacionais, onde não há este nível de restrição.

Em nenhum país do mundo, os proprietários rurais têm a obrigação de deixar sem uso de 20% a 80% de suas terras. Em nenhum país relevante, como os Estados Unidos, a China e mesmo a União Europeia, os produtores têm de manter preservada a vegetação nativa ao longo das margens dos seus rios. (ABREU, 2012).

Kátia Abreu deixa claro, neste mesmo Art., que não se deve por a questão ambiental acima da economia:

No mundo da realidade e da razão, toda privação de liberdade produtiva e interferência regulamentar têm de ser vistas sob a perspectiva de seus custos e benefícios, ao contrário do que proclamam os que colocam a natureza acima do homem.

Cada limitação legal à liberdade de produzir sacrifica um setor que tem sido, há décadas, o mais dinâmico e resistente da economia brasileira. Não podemos legislar sem fazer as contas na ponta do lápis.

A legislação que está pronta para ser posta em prática já vai custar muito caro aos produtores

brasileiros. Muitas áreas terão que ser abandonadas.

Outras terão que ser recompostas exclusivamente por conta dos produtores. Será que o benefício para a natureza e a vida das pessoas vai compensar esse custo? (ABREU, 2012).

Em uma apresentação para a CNA em 2013, Kátia Abreu mostrou, entre outras coisas, o impacto financeiro da supressão de áreas de produção agropecuária. Segundo a então senadora, os produtores terão que recuperar 30 milhões de hectares, de acordo com a estimativa do Ministério do Meio Ambiente. Os cálculos da CNA mostram que esta redução da área de produção poderá ter impacto negativo no Produto Interno Bruto (PIB) de até 126 bilhões de reais.

Raul do Valle – Parte Ambientalista

Raul do Valle, advogado especialista em meio ambiente, é assessor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), onde também é coordenador do Programa de Política e Direito e membro do Comitê Brasil em Defesa das Florestas.

No momento em que as Emendas da Medida Provisória 571/ 12 estavam em processo de aprovação pela comissão mista do Congresso, do Valle (2014) demonstrou sua indignação no Art. “Lento adeus ao Código Florestal”. Neste, o ambientalista compara o processo a uma novela e fala da falta de racionalidade nas discussões no plenário.

Já não há mais qualquer racionalidade nas discussões parlamentares sobre a nova legislação “florestal”. Permitir “recuperação” de nascentes com cafezais e de matas ciliares com laranjais é tratado como algo razoável, que sequer suscita qualquer tipo de questionamento. Retirar a proteção à vegetação responsável pela infiltração de água que alimenta as nascentes da Caatinga e do Cerrado, justamente as que secam durante alguns meses do ano em função do estresse hídrico, é algo comemorado (DO VALLE, 2014).

Ainda neste texto, Do Valle (2014), comenta sobre a mudança de postura da senadora Kátia Abreu ao longo do processo de discussão da nova lei florestal.

A senadora Kátia Abreu, que até a sanção da lei pela presidente Dilma afirmava que os maiores interessados na proteção de nascentes e riachos seriam os próprios produtores rurais, na comissão especial estava na tropa de choque que aprovou o fim das matas ciliares dos rios da Caatinga e transformou as Áreas de Preservação Permanente em “Áreas de Plantações Permanentes”. Agora ela já duvida publicamente da relação entre proteção de florestas e produção de água.

Em seu Art. intitulado “CAR PRA Q?”, o advogado critica a falta de ações dos governos para incentivar a regularização ambiental, posterior à inscrição no CAR, já que acredita que seria, no mínimo, ingenuidade achar que a simples obrigação de inscrever o imóvel rural no CAR faria com que os proprietários recuperassem a floresta.

Se não houver, por parte do Governo Federal e Estados, um plano estruturado, com orçamento disponível, para oferecer assistência técnica e apoio financeiro ao produtor, nenhuma peça irá se movimentar no tabuleiro. Se não houver um conjunto de incentivos econômicos que sinalizem ao produtor rural que é viável e vantajoso recuperar florestas, não sairemos do zero. Mas, como já era previsto, o pacote de medidas de regulamentação da lei florestal nada trouxe a respeito. (DO VALLE, 2014).

Neste mesmo Art., Raul do Valle, ao analisar a legislação criada, classificou como “de baixíssima prioridade” o processo de regularização ambiental por parte do governo federal. Em sua opinião, o governo parece ter se dado por satisfeito ao cumprir a formalização do Cadastro Ambiental Rural.

Seria menos desalentador se pelo menos ele fosse uma garantia de que em breve teríamos um bom raio-x da situação ambiental de cada um dos imóveis rurais do país, com o qual poderíamos pensar em políticas e definir estratégias para a regularização. Porém, [...], acabou vencendo a tese de que o CAR é “declaratório”, tal como seria a declaração do imposto de renda. Isso significa,

na prática, que o produtor poderá fazer seu cadastro sem o apoio de um técnico especializado, sem sequer fazer um levantamento de campo (DO VALLE, 2014).

Outra problemática levantada pelo ambientalista, tanto no Art. já citado, como em outro Art. intitulado “Reflexões sobre a nova lei florestal: para que queremos um cadastro ambiental rural? (texto 2)”, foi a da possível imprecisão das informações, principalmente na parte de demarcação de áreas, que serão inseridas pelos proprietários no CAR.

Com tudo isso, se for possível a todos fazerem diretamente um croqui eletrônico, teremos provavelmente um cadastro inicial com informações bastante imprecisas incluídas num contexto no qual será muito difícil diferenciar quem simplesmente errou ou quem incluiu deliberadamente informações falsas para esconder eventuais passivos, de forma que será impraticável (e indesejável) usar penalidade (que não estão ainda claramente definidas se existirão, sobretudo porque a lei não as definiu) para desestimular a fraude. Se a mensagem passada à sociedade for de que esse é um cadastro “de faz-de-conta”, no qual o Estado não tem como controlar as informações aportadas, será a ruína do sistema, pois promoverá uma indesejável seleção adversa (DO VALLE, 2013).

Raul do Valle, juntamente com André Lima do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Luís Fernando Guedes Pinto do Instituto de Manejo e Certificação Florestal Agrícola (Imaflora), demonstrou outra preocupação em um Art. publicado no jornal Folha de São Paulo. Esta preocupação está relacionada ao fato de que a legislação federal oferece um mínimo de áreas a serem protegidas e deixou a encargo dos estados a complementação, com mais especificidades locais, levando em conta a fauna e flora existentes, podendo restringir ainda mais os passivos florestais. Foi utilizado, pelos autores do Art., o exemplo do Estado de São Paulo para mostrar que, talvez, os governos estaduais não estejam com muita disposição para trabalhar este assunto.

Preocupa ainda a indisposição da maioria dos governos estaduais em relação ao assunto. Entre as promessas que acompanharam a nova lei estava a de que ela ofereceria um “ piso nacional ” quanto à proteção/recomposição de florestas, o qual deveria ser complementado por regras estaduais. São Paulo, por exemplo, que tem 13 de suas 20 bacias hidrográficas com menos de 10% de cobertura florestal e que sofre com um dos mais agudos problemas de falta de água de sua história [...].

No entanto, tramita na Assembleia Legislativa paulista o projeto de lei nº. 219/14, que não só adota o mesmo baixo nível da regra federal como diminui ainda mais a proteção de suas poucas áreas de cerrados. Não há nenhuma inovação para promover mais proteção e nenhum olhar sobre as peculiaridades do território paulista (DO VALLE; LIMA; PINTO, 2014).

4.3 Execução da Legislação

Com a publicação de toda a legislação federal necessária, e com o prazo de um ano para a inscrição no CAR iniciado no dia 06 de maio de 2014, data da publicação da Instrução Normativa/MMA nº2, restou aos órgãos, responsáveis pela efetivação desta ferramenta, incentivar inscrição das propriedades rurais no prazo estipulado.

4.3.1 Âmbito Nacional

4.3.1.1 Iniciativa de Órgãos Federais

No âmbito federal o maior responsável é o Ministério do Meio Ambiente, este disponibiliza, na página inicial do seu sítio eletrônico, um *link* de um vídeo explicativo sobre o que é o CAR e um *link* direto para o sítio eletrônico do Cadastro Ambiental Rural (Fig. 1).

Figura 1 – Página inicial do sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, com destaque, em vermelho, para dois *links* relacionados ao CAR.



Fonte: <http://www.mma.gov.br> (2014).

De acordo com Moura (2014), analista ambiental do MMA, foram firmados acordos de cooperação técnica com órgãos públicos federais (MDA, MAPA, MPOG, MDS, Banco do Brasil, entre outros), além dos governos estaduais.

Após a análise, no dia 15 de dezembro de 2014, dos sítios eletrônicos oficiais de todos estes órgãos citados, foi observado que nenhum deles tem algum tipo de divulgação relacionada ao CAR em suas páginas iniciais.

Ainda no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente pôde-se observar a oferta de um curso gratuito para formar facilitadores, para catalisar o processo de cadastramento. Esta ação ocorre em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O MMA realiza o curso à distância de capacitação para facilitadores para a inscrição de imóveis rurais no CAR, principalmente agricultores familiares com propriedades de até quatro módulos fiscais.

Até agora já foram realizadas três edições do curso com facilitadores de todo o país. Ao final da quarta turma, de acordo com o MMA (2014), serão totalizadas trinta e uma mil pessoas capacitadas.

Outra ação de incentivo a aceleração do processo de cadastramento é do BNDES, que gerencia o “Fundo Amazônia”, entidade que oferece financiamento, por meio de projetos, para a implantação do CAR nos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins. Tornando esta região o carro-chefe na implantação deste instrumento, sendo a meta do MMA, de acordo com o diretor de Conservação da Biodiversidade, Carlos Scaramuzza, a recuperação de 12,5 milhões de hectares de vegetação nativa.

Alguns estados já recebem os recursos e estão executando o projeto, como Acre, Tocantins, Maranhão, Pará e Rondônia; outros estão com os projetos em fase de análise pelo banco e outros ainda na fase de elaboração. Todos receberam orientação do MMA para elaborar os projetos. “Esses estados que já tem experiência no cadastro servirão de exemplo para os demais”, apontou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral (Ministério do Meio Ambiente, 2014).

4.3.1.2 Iniciativa de Entidades do Setor Rural

Moura (2014) cita também acordos feitos com entidades do setor rural, como a ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), para, entre outras finalidades, divulgarem a ferramenta.

Os sítios eletrônicos oficiais destas entidades também foram analisados, na data supracitada, e foi observado, que somente a ABIOVE (Fig. 2) e a FETRAF (Fig. 3) possuem *link* na página inicial sobre o CAR.

Figura 2 - Página inicial do sítio eletrônico da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), com destaque, em vermelho, para um link relacionado ao CAR.



Fonte: <http://www.abiove.org.br/site/index.php> (2014)

Figura 3 - Página inicial do sítio eletrônico da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), com destaque, em vermelho, para um link relacionado ao CAR.



Fonte: <http://www.fetraf.org.br/> (2014).

4.3.1.3 Iniciativas Não Governamentais

Além das iniciativas dos órgãos públicos e entidades ruralistas mencionadas acima, analisou-se uma quantidade significativa de outros movimentos de entidades, na grande maioria, não governamentais, que dão suporte para que, principalmente, os agricultores familiares possam se cadastrar no CAR e, havendo passivos ambientais, possam regularizar a sua situação.

Experiência Anterior - Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR)

Primeiramente, vale lembrar que apesar da implementação do Cadastro Ambiental Rural como ferramenta para o mapeamento das propriedades agrícolas no Brasil todo ter ocorrido apenas na Lei 12.651 de 2012, de acordo com Azevedo et al. (2014) já existiam algumas

experiências bem similares, na Mata Atlântica e Amazônia, que são os biomas florestais existentes no Brasil.

No Estado de Mato Grosso ocorreu a implementação, em 2000, do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR), uma iniciativa financiada, na época, pelo Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente (AZEVEDO et al., 2014). O SLAPR deu um novo uso ao sensoriamento remoto e às ferramentas de sistemas de informação geográfica, exercendo papel importante na gestão ambiental e no controle do desmatamento ilegal por um determinado período. Serviu, assim, de base para criação, em 2008, do CAR estadual no Pará e, em seguida, em 2009, em Mato Grosso. Esse cadastro inicial era, porém, menos exigente do ponto de vista legal por ter um caráter declaratório (AZEVEDO et al., 2014).

Iniciativa Verde e BNDES – Restauração da Mata Atlântica e Apoio no CAR

A Iniciativa Verde é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem como missão contribuir para a construção de um novo tempo baseado em uma economia de baixo carbono e na redução dos impactos ambientais causados pelas atividades humanas. Esta organização obteve o financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que, em 2009, fez uma chamada para projetos de restauração da Mata Atlântica em áreas ciliares de preservação permanente e unidades de conservação. A Iniciativa Verde, desde então, começou a fornecer suporte técnico e demais insumos, além de remunerar os serviços para o plantio e parte da manutenção.

Os próprios agricultores são contratados, sempre que possível, de modo a receber diretamente pelos serviços. Além disso, a Iniciativa Verde complementará o trabalho fazendo a inscrição dos imóveis participantes no Cadastro Ambiental Rural (CAR) previsto no novo Código Florestal. Entre as frentes já contempladas no projeto, estão áreas localizadas nos estados de São Paulo e do Paraná (Iniciativa Verde, 2014).

Conservação Internacional - Inovacar

A Conservação Internacional (CI-Brasil), organização privada, sem fins lucrativos e de caráter técnico-científico, implementou o Inovacar, uma iniciativa em parceria com organizações civis participantes do Observatório do Código Florestal, e recebe o financiamento e apoio da CLUA (Climate and Land Use Alliance).

Os seus objetivos são gerar transparência, promover o controle e a participação social e contribuir para a aprendizagem durante o processo de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), em particular na Amazônia Legal. A iniciativa cria um ambiente de discussão e intercâmbio de lições e melhores práticas sobre o cumprimento da nova legislação ambiental, a fim de favorecer o processo de regularização ambiental.

Pretende, assim, proporcionar espaço para a gestão do conhecimento construído coletivamente em torno desta ferramenta (CAR) advinda da nova lei florestal (Lei Nº 12.651, de maio de 2012), valorizando a manutenção e recuperação das florestas brasileiras.

O projeto também realiza o acompanhamento do processo nos estados (primeiramente com foco nos estados da Amazônia Legal), com base em um conjunto de indicadores que procuram demonstrar os avanços e as dificuldades da implantação do CAR. Ao acompanhar a implementação do CAR e oferecer informações e análises para sociedade, pretende contribuir para a efetivação da política de regularização ambiental no Brasil (Inovacar, 2014).

Observatório do Código Florestal - Comitê Nacional de Acompanhamento e Avaliação do novo Código Florestal (MMA)

O Observatório do Código Florestal, já citado anteriormente, foi criado em maio de 2013 por sete instituições da sociedade civil – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, Instituto Centro de Vida (ICV), The Nature Conservancy (TNC), Conservação Internacional (CI) e Instituto Socioambiental (ISA) – o Observatório tem como objetivos monitorar a implementação da nova Lei Florestal (Lei Federal 12.651/12) em todo o país. E, sobretudo acompanhar o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com a intenção de mitigar os aspectos negativos do novo Código e evitar novos retrocessos.

Segundo as informações do Observatório do Código Florestal (2014), em uma de suas primeiras ações, as instituições fundadoras enviaram uma Carta Aberta à Ministra do Meio Ambiente, cobrando o cumprimento da promessa de criação de um Comitê Nacional de Acompanhamento e Avaliação do novo Código Florestal. A promessa foi cumprida, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, instituiu por meio da Portaria nº 173, publicada no Diário Oficial da União (DOU), o Grupo de Acompanhamento da Implantação do Código Florestal, que é composto pelos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, além da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente - Abema, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - Anama, e as seguintes entidades da sociedade civil: Confederação Nacional da Agricultura - CNA; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar FETRAF; Via Campesina; Amigos da Terra; The Nature Conservancy -TNC; Organização das Cooperativas do Brasil - OCB; Associação Brasileira de Produtores de Florestas -Abraf; uma entidade ambientalista indicada pelo Conama; e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC (BRASIL, 2013).

Além de acompanhar as ações e desdobramentos da nova lei, de acordo com a portaria do Ministério do Meio Ambiente (2013), o grupo é responsável pela avaliação de sugestões e propostas de regulamentação da legislação. O MMA, responsável pela coordenação do grupo, também poderá convidar, a qualquer instante, representações governamentais e civis, que tenham relação com a temática, a participar das discussões e atividades desenvolvidas.

Imaflora e Ipef – Aplicativo para verificação da situação do imóvel rural

O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (Ipef) desenvolveram um aplicativo para celulares e *tablets* voltado ao produtor rural que deseja verificar a situação de seu imóvel rural diante do Código Florestal. O aplicativo é disponibilizado, também, nos sítios eletrônicos da Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio) e na BVTrade, a plataforma de negociação da BVRio (Rural BR, 2014).

Segundo o Imaflora (2014), este aplicativo simula o cumprimento da Lei 12.651/2012 em imóveis rurais. O usuário insere os dados de seu

imóvel (localização, área total, data de desmatamento, área dos diferentes tipos de florestas) e recebe laudos com a situação do seu imóvel frente à Lei. O aplicativo indicará o excedente ou déficit de floresta e os tipos de florestas que precisam ser restauradas.

BVTrade – plataforma de negociação de imóveis rurais em UCs

A Bolsa Verde do Rio de Janeiro desenvolveu uma plataforma digital de negociação de imóveis privados localizados no interior de Unidades de Conservação, com a finalidade de facilitar a união de compradores e vendedores. Esta ação tem como foco os proprietários que não têm reserva legal suficiente e podem se adequar comprando, e em seguida doando ao poder público, um imóvel localizado no interior de Unidades de Conservação, pendente de regularização fundiária.

Segundo Maurício Moura Costa, Presidente da BVTrade, “hoje existem mais de 2 milhões de hectares cadastrados na plataforma, prontos para serem negociados. O que fazemos é facilitar o encontro entre compradores e vendedores para promover o uso desse instrumento ambiental” (BVRio, 2014).

Certificação Socioambiental – Rede de Agricultura Sustentável e *Forest Stewardship Council*

Em um estudo realizado por Pinto et al (2014), foi demonstrado o papel e a contribuição da certificação socioambiental, de propriedades rurais, na preservação da vegetação nativa no Brasil, inclusive para o cumprimento do Código Florestal de 1965 e a Lei da Proteção da Vegetação Nativa de 2012.

O FSC (*Forest Stewardship Council*) e a Rede de Agricultura Sustentável - *Rainforest Alliance* estão entre os sistemas de certificação com maior abrangência global. O Brasil está entre os países com maior área certificada do mundo para os dois sistemas, estando entre os 10 mais importantes globalmente. Dentro do país, há empreendimentos certificados em praticamente todos os biomas e regiões e em diversos estados do país (PINTO et al., 2014).

Foram analisadas fazendas de café, cinco certificadas e cinco não-certificadas. O que foi concluído, em relação às duas Leis citadas

acima, é que as fazendas certificadas apresentaram um maior cumprimento, tanto para os requisitos das APPs ao longo de cursos de água e nascentes, quanto para os de Reserva Legal. Além disso, as fazendas certificadas apresentaram proteção das APPs maior do que as demais áreas de entorno de suas microbacias.

Apesar deste resultado positivo, foi feita uma ressalva, já que tanto na amostra certificada quanto na não-certificada não há o cumprimento integral da lei, especialmente a versão de 1965. A partir da Lei 12.651 de 2012, aumentou a conformidade das propriedades rurais, uma vez que os requisitos de APPs e RLs ficaram menos rigorosos.

Panorama Nacional

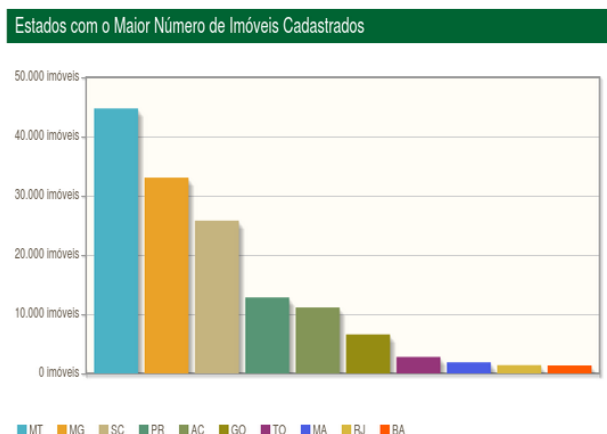
Após seis meses do início do período de um ano para a inscrição no CAR, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) divulgou a marca de 500 mil cadastros no sistema, até o final de outubro. Como a estimativa do governo, segundo o Observatório do Código Florestal (2014), é de que haja 5,2 milhões propriedades rurais no total, então menos de 10% das propriedades foram cadastradas no SiCAR, até o presente momento.

Destes cadastros já efetuados, a maioria é de propriedades com menos de 50 hectares e sem déficit de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, o que demonstra que os grandes proprietários rurais do país ainda não aderiram ao CAR (OCF, 2014).

De acordo com o Observatório do Código Florestal (2014), dos estados que já tinham cadastros independentes, Acre, Tocantins, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso já estão no SiCAR e o Mato Grosso é o estado que tem o maior número de imóveis cadastrados, com um total de 44 mil cadastros (Figura 4). São Paulo começará a integrar os seus cadastros no Sistema Nacional, porém sem um prazo definido, até o presente momento. A migração, para o sistema criado pelo Governo Federal, continua a ser negociada com Roraima, Pará e Espírito Santo.

O Mato Grosso do Sul é o único Estado com situação indefinida, apesar de "várias tentativas de integração", de acordo com o Serviço Florestal. Pelo menos por enquanto, o Estado continua com sua plataforma própria e não deve fazer a migração de seus cadastros para o SiCAR (OCF, 2014).

Figura. 4 - Estados com o maior número de imóveis cadastrados.



Fonte: <http://www.observatorioflorestal.org.br> (2014).

4.3.2 Âmbito Estadual - Estado de Santa Catarina

Experiência Anterior

A Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), que se localiza no Estado de Santa Catarina e atua em parceria com órgãos federais, estaduais e entidades privadas na busca do desenvolvimento sustentável da região que engloba 28 municípios, se tornou um exemplo positivo no tocante à implementação e facilitação tanto do CAR quanto dos PRAs, pois já os fazia impulsionada pelo Decreto 7.029 de 2009.

Segundo Santana, Medeiros e De Oliveira (2013), a Amavi, em 2010, tomou a iniciativa de aderir ao Programa Mais Ambiente, buscando adequar ambientalmente as aproximadamente 40.000 propriedades rurais de seus 28 municípios-membros. Apoiada por imagens de satélite e ferramentas de geoprocessamento, a Amavi promoveu a descentralização das equipes de atendimento aos agricultores, compostas por servidores públicos municipais que atuam no mapeamento das propriedades rurais diretamente em seus respectivos municípios, e centralizou uma equipe técnica em sua sede, em Rio do Sul.

De acordo com a Amavi, esta assumiu uma postura proativa, procurando o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e buscando, através desta parceria, criar meios para apoiar e estimular os proprietários rurais da região a promoverem a regularização da reserva legal em seus imóveis.

Legislação Estadual

Em Santa Catarina o Código Florestal Estadual (Lei nº 14.675 de 2009) foi alterado pela lei nº 16.342 de 2014, onde, de acordo com o Art. 2º o Título IV do código, passa a vigorar acrescido do Programa Regularização Ambiental (Capítulo IV-A) e do Cadastro Ambiental Rural (Capítulo IV-B), além de providências em relação aos espaços protegidos (Capítulo V-A).

Esta alteração causou polêmica por ser acusada de ferir a Constituição Federal em muitos trechos da nova lei, principalmente o Art. 24 da CF.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
[...]

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Segundo Prochnow (2014), três Organizações Não Governamentais (ONGs): Grupo Pau Campeche - GPC, a Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena e a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - Apremavi, encaminharam ao Ministério Público Federal - MPF e ao Ministério Público de Santa Catarina - MPSC, um parecer solicitando a esses órgãos que entrassem com Ação de Inconstitucionalidade contra a Lei 16.342 (Código Estadual de Meio Ambiente), sancionada em 21 de janeiro de 2014.

Este parecer demonstra diversos exemplos desta inconstitucionalidade, destacando-se dentre estes:

Já no início da Lei 16.342/ 2014, no Art. 1º, item VII, define-se a Área Urbana Consolidada e, em nenhum momento, cita a parte da lei federal 11.977/2009, que exige densidade demográfica superior a 50

habitantes por hectare.

Outro equívoco de definição, também observado por Medeiros et al (2014), foi ainda no Art. 1º, item XV, onde no conceito de Campos de Altitude se diz que ocorrem acima de 1500 (mil e quinhentos) metros. Sendo assim, deixaria de fora os campos do Quiriri em Joinville, de Água Doce e grande parte daqueles do planalto central catarinense. Contudo, a Resolução CONAMA nº 423, de 2010 vincula os campos de altitude aos ambientes montano e alto-montano e, de acordo com o IBGE, ambiente montano remete a faixa de 400 a 1000m nas latitudes acima de 24º sul, onde se situa o Estado.

Outro exemplo de inconstitucionalidade da Lei, dado pelos autores, é o Art. 122-C, que define as modalidades de regularização de edificações, atividades e demais formas de ocupação do solo em áreas urbanas consolidadas, onde no Parágrafo único inclui a expressão “ressalvada previsão específica em sentido diverso no Plano Diretor ou legislação municipal correlata, em razão de peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais relacionadas à ocupação do solo urbano”. Esta ressalva contraria, assim, a determinação da legislação federal, que em seu Art. 65, § 2º, estabelece:

§ 2º Para fins da regularização ambiental prevista no caput, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima de 15 (quinze) metros de cada lado.

O Art. 130-A institui a Cota de Reserva Ambiental (CRA), título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação. Ocorre que o referido título já foi instituído pela lei federal nº 12.651 de 2012, logo temos aqui duplicidade injustificável. Além disso, a Constituição Federal determina como competência privativa da União legislar sobre sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais. (MEDEIROS; SEVEGNANI; SCHAFFER, 2014).

Os autores concluem, ao final do parecer, que a Lei 16.342 de 2014 afronta os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência em diversos dispositivos. Apesar desses fatos, o processo legislativo teve continuidade. Em junho de 2014 foi publicado o Decreto nº 2.219, dispondo sobre o CAR em Santa Catarina. Neste documento está o detalhamento da forma como será aplicado este cadastro no estado. No Art. 3º, § 1º, fica estabelecido

que será utilizado o Sistema de Cadastro Ambiental Rural disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente, sendo que, o MMA, também será responsável por disponibilizar imagens destinadas ao mapeamento das propriedades e posses rurais para compor a base de dados do sistema de informações geográficas do SICAR (§ 3º). Determinou-se também quais serão as instituições que se responsabilizarão pela aplicação do Cadastro Ambiental Rural no estado.

Art. 4º As ações do Poder Executivo estadual inerentes à implementação do CAR serão realizadas pelos seguintes órgãos e entidades:

I – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS);

II – Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca;

III – Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA);

IV – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI);
e

V – Fundação do Meio Ambiente (FATMA).

A SDS ficou responsável pela coordenação das ações, juntamente com os outros órgãos e entidades envolvidos (Art. 4, § 1º), sendo que cada um destes irá escolher um responsável para apoiar a coordenação das ações e ajudar na execução das atividades (§ 2º). De acordo com o § 3º, havendo necessidade de auxílio na inscrição dos imóveis rurais, estas entidades e órgãos envolvidos poderão conveniar-se a entidades públicas ou privadas.

Em julho deste mesmo ano, a secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e o secretário de Estado da Agricultura e da Pesca, através da Instrução Normativa Conjunta SDS/ SAR nº 1 de 2014, aprovaram o Manual Operativo do Cadastro Ambiental Rural.

De acordo com o Manual Operativo, Santa Catarina utilizará o SICAR disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente, deixando em aberto a possibilidade de desenvolver outros módulos, para se adaptar as peculiaridades do Estado. (Art. 3º)

No Manual há a divisão das atribuições de cada órgão ou entidade envolvido no processo de cadastramento. De acordo com o Art. 8º, a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca ficou responsável

por trabalhar conjuntamente com a SDS, ou seja, no planejamento, coordenação, supervisão e controle da implantação do CAR. Ainda caberão a estes dois órgãos, entre outras coisas: receber e monitorar as informações produzidas pelo SICAR estadual; articular com os órgãos federais e municipais ações para gerenciar o CAR; implantar de ações de capacitação de recursos humanos para o CAR; dar apoio técnico às instituições habilitadas, para fiel execução do CAR; articular a captação de recursos de fundos internacionais, federal e estadual, a fim de implementar o CAR; e disponibilizar informações de natureza pública sobre a regularização dos imóveis rurais na internet.

A Fundação do Meio Ambiente (FATMA) ficou responsável, de acordo com o Art. 9º, por: disponibilizar profissionais para a capacitação de pessoas que possam facilitar a inscrição do CAR; realizar ações facilitando a inscrição dos pequenos produtores rurais; vistoriar em campo sempre que julgar necessária a verificação das informações; habilitar e delegar competências aos órgãos e entidades para ações relativas ao cadastro; e divulgar a obrigatoriedade do cadastro no SICAR e de toda a legislação aplicável.

De acordo com o Art. 10, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A (EPAGRI) deverá participar do processo de capacitação de multiplicadores e facilitadores, tanto em suas unidades de Gestão técnica (uGts), como também nas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; hospedar o sítio eletrônico do CAR; desenvolver materiais de divulgação sobre o CAR e promover este em municípios e comunidades rurais; e viabilizar o cadastro de pequenos produtores rurais.

O Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA) ficará responsável, de acordo com o Art. 11, de participar na elaboração do processo de capacitação de multiplicadores e facilitadores; apoiar a viabilização do CAR para os pequenos produtores rurais; e realizar, em caso de necessidade, de ofício ou a requerimento dos demais órgãos envolvidos, vistorias de campo para verificação das informações declaradas e acompanhamento dos compromissos assumidos (inciso IV).

Outra novidade aparece no Art. 33 da IN nº 1/ 2014 da SDS/SAR, que é a possibilidade, no caso em que a Reserva Legal não atenda aos percentuais mínimos, de o proprietário rural solicitar o cômputo de 100% (cem por cento) da área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) instituída sobre imóvel rural (Inciso III), além das outras duas opções já citadas na lei federal que são: o cômputo das

Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal e a instituição de regime de Reserva Legal em condomínio ou coletiva entre propriedades rurais (Incisos I e II).

Quanto à localização da área para a compensação de passivos ambientais por Cotas de Reserva Ambiental (CRAs), no Art. 34, § 6º, fica determinado que para a compensação de imóveis rurais localizados no Estado de Santa Catarina, só poderão ser utilizados imóveis também localizados no estado e inseridos no mesmo bioma do passivo ambiental. Já no § 10 fica proibida utilização de imóveis rurais localizados no Estado de Santa Catarina para a instituição de Reserva Legal na modalidade de compensação de imóveis localizados em outros estados da federação.

No restante dos capítulos do Manual há uma repetição da legislação federal, sem maiores restrições ambientais, além do mínimo imposto pela Lei 12.651 de 2012.

Iniciativas dos Órgãos Governamentais

Os sítios eletrônicos dos cinco órgãos governamentais citados na Lei 16.342/14 como responsáveis pela efetivação do Cadastro Ambiental Rural foram analisados. Esta análise objetivou verificar se há a divulgação do instrumento e se estes órgãos facilitam o acesso a este.

Em âmbito estadual, o maior responsável pelo CAR é a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), no seu sítio eletrônico há um *link* na página principal (Fig. 5), que leva diretamente ao sítio eletrônico oficial do CAR de Santa Catarina.

Figura 5 – Página inicial do sítio eletrônico da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, com destaque, em vermelho, para o *link* relacionado ao CAR.

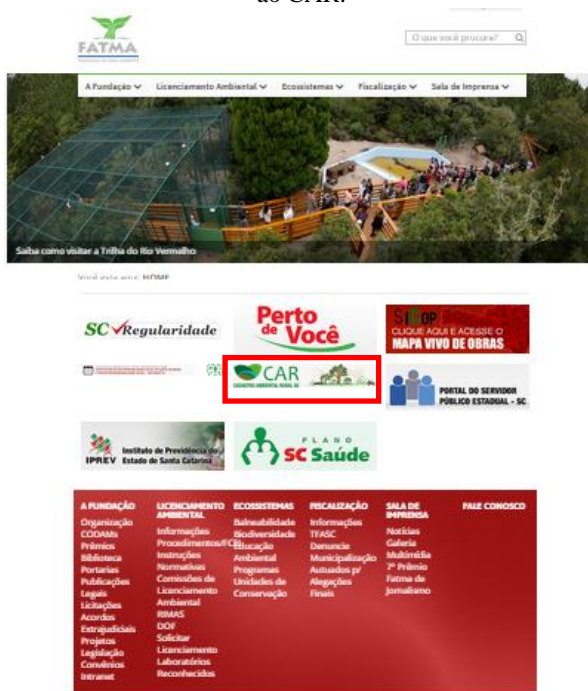


Fonte: <http://www.sds.sc.gov.br/> (2014).

O sítio eletrônico da FATMA foi analisado e encontrou-se um *link*, parecido com o da SDS, na página principal (Fig. 6), que também leva para o sítio eletrônico do CAR de SC.

Nos sítios eletrônicos dos demais órgãos responsáveis (Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca, BPMA e Epagri) não foi observado nenhum *link* de acesso ao CAR de Santa Catarina.

Figura 6 - Página inicial do sítio eletrônico da Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), com destaque, em vermelho, para o *link* relacionado ao CAR.



Fonte: <http://www.fatma.sc.gov.br/> (2014)

Panorama Estadual

Caracterização do Estado

Santa Catarina localiza-se no sul do Brasil, possuindo clima subtropical, com chuvas frequentes e temperaturas amenas, além disso, o Estado se localiza totalmente no bioma Mata Atlântica (ITAMARATY, 2014).

Segundo a Apremavi (2014), Santa Catarina apresenta suas atividades agropecuárias predominantemente realizadas pela agricultura familiar diversificada.

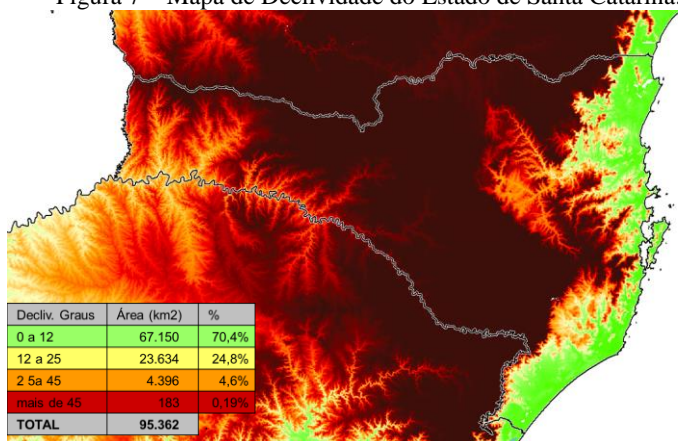
Mais de 90% dos imóveis rurais do Estado caracterizam-se por propriedades de até 50 hectares, com mão-de-obra familiar e produção de, no mínimo, três atividades agropecuárias e seus produtos (APREMAVI, 2014).

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2006, a área total do Estado de Santa Catarina é de 9.534.617,10 ha, desta área, 9.206.601,00 ha (95,8%) são ocupados por 194.533 propriedades rurais.

Sobre essa área rural, se for projetada a Reserva legal como 20% da área do imóvel, tem-se uma área de 1.841.320,2 ha. Em relação à APP, estimando-se, em torno de, 10% da área dos imóveis, tem-se 920.660,1 ha.

Algo importante a se levar em conta é o fato de que a APP hídrica, ou vegetação ao longo dos corpos d'água, é a mais significativa em termos de área ocupada no Estado, já que há somente 0,1 km² de área com altitude superior a 1.800 m e 183 km² de área com declividade superior a 45° (Fig. 7) (IBGE, 2006).

Figura 7 – Mapa de Declividade do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Dr. João de Deus Medeiros (2014).

Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, até o final do mês de novembro de 2014, já havia mais de 30 mil imóveis ou posses rurais inscritos no SICAR, levando o estado a ser destaque nacional na implementação deste cadastro, se tornando o terceiro Estado com maior número de imóveis inscritos e o melhor na região Sul.

Após seis meses desde o início da implementação do CAR, foi totalizado o registro de mais de 509 mil hectares. Alguns municípios do estado já obtêm quase 50% das propriedades rurais cadastradas, Neste quesito, são referências: as cidades de Flor do Sertão com 41,1 % de sua

área cadastrada; Meleiro, com 35,7%; Arabutã, com 33,3 %; Capivari de Baixo, com 32,1 % e Tigrinhos com 31,7% (SDS, 2014).

Para auxiliar no preenchimento do cadastro, o Governo do Estado, municípios e entidades do setor privado treinaram facilitadores para operar o sistema. O serviço é prestado gratuitamente por aproximadamente 1.300 técnicos, de acordo com a SDS (2014), distribuídos em todos os municípios do Estado.

5 DISCUSSÃO

Quase três anos após a aprovação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012) é notável a lentidão e displicência como é tratada essa lei, tanto pelos estados e municípios, como pela própria União, todos entes responsáveis por criar políticas de incentivo a preservação e restauração da vegetação nativa, de acordo com o Art. 1ºA da referida norma legal.

A crise ambiental, e sua dimensão planetária, são vistas como uma das mazelas da modernidade. Beck (1997) distingue a modernidade simples da modernidade reflexiva. A modernidade simples, ou primeira modernidade, coincide com a primeira etapa da sociedade industrial, e caracteriza-se como o período em que as autoameaças são sistematicamente produzidas e aceitas pelo homem, já que estão conforme aos padrões da sociedade industrial.

A modernidade reflexiva, por sua vez, é o momento do embate: a autoconfrontação do modelo. Trata-se do momento em que começam a se concretizar aquelas ameaças construídas pela sociedade industrial.

Esta transição para a modernidade reflexiva, ainda segundo Beck (1997), não é uma escolha e nem foi programada, mas ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos aos seus próprios efeitos e ameaças.

A motivação maior da revisão do Código Florestal se associa ao inconformismo de setores da sociedade brasileira com a ameaça de o Estado cobrar a efetiva aplicação da norma legal. Mais precisamente a edição do Decreto 6.514/2008, com a ameaça de punir aqueles que não detinham reserva legal averbada, foi o estopim para a intensa campanha pela revogação da norma. Nesse contexto, notadamente na Câmara dos Deputados, a ameaça concreta da crise ambiental não passava de uma conspiração internacional para impedir o desenvolvimento pleno do Brasil, capitaneada por ONGs ambientalistas. Ou seja, não se tratava de aceitar as ameaças, mas de negá-las. Mais estranho foi constatar que esse pensamento já se materializa no próprio parecer do relator, Deputado Aldo Rebelo, um parlamentar do Partido Comunista do Brasil, ferrenho crítico do “imperialismo capitalista”. Tivemos assim, no debate parlamentar do Código Florestal contornos de pré-modernidade.

Segundo Saraiva Neto (2010) o que caracteriza o risco é o fato de que as origens das ameaças tem uma dimensão reconhecidamente humana, porque decorrem de escolhas. A sociedade atual é qualificada

como sociedade de risco em razão de que tem consciência das ameaças e aceita conviver com elas.

A revisão do Código Florestal, como já comentado teve contornos de pré-modernidade, caracterizado pela negação da ameaça, supressão do risco, mesmo contra todas as evidências. A compreensão da importância das áreas de preservação permanente para a conservação da biodiversidade torna-se, nesse contexto, até mesmo secundária, porém desconsiderar a importância dessas áreas para a sustentabilidade da produção agrícola e para a segurança e conforto da população humana, cria uma condição que vai além da chamada sociedade de risco, pois consciente e deliberadamente submeter parte da população a esse elevado grau de risco implica na aceitação da segregação e da injustiça.

Ao avaliar tanto o texto legal quanto as opiniões divergentes em relação ao tema, assim como a presteza na execução da nova lei, constata-se muitas lacunas, falhas na interpretação e resistências deliberadas; em suma, quase uma repetição da morosidade, e desinteresse em executar a legislação, fenômeno registrado com o Código Florestal de 1965.

A rigor, o comportamento predominante dos parlamentares, notadamente na Câmara dos Deputados reflete, na melhor das hipóteses, o posicionamento clássico da modernidade simples. Lembramos que o florescer dos estados modernos, inicialmente se deu com o Estado liberal, relacionado aos direitos de primeira dimensão. Caracteriza-se pelo liberalismo e o individualismo, valores indiscutivelmente arraigados na sociedade até os dias atuais, o que evidencia a pertinência de se falar em direitos de primeira dimensão, ao invés de geração. Essa noção de Estado Liberal pautou a atuação de grande parte dos parlamentares, notadamente aqueles da chamada Bancada Ruralista, e se evidencia nas manifestações, da Senadora Kátia Abreu, avaliadas neste trabalho.

De certa maneira, o mesmo se observou no comportamento da Presidência da República durante o processo de sanção da Lei 12.651/2012. Os vetos e alterações promovidos, notadamente na redução da exigência das faixas de APP ao longo dos cursos d'água (a chamada “escadinha” do Art. 61-A), bem refletem essa percepção da ameaça e a aceitação tácita de convivência com a mesma.

Ao descompasso entre o surgimento e a constatação dos problemas, bem como a inércia, especialmente do Estado, se designa *irresponsabilidade organizada*, isto é, nota-se, portanto, a evolução e o

agravamento dos problemas, seguidos de uma evolução da sociedade (da sociedade industrial para a sociedade de risco), sem, contudo, uma adequação dos mecanismos jurídicos de solução dos problemas dessa nova sociedade. Há consciência da existência dos riscos, desacompanhada, contudo, de políticas de gestão, fenômeno denominado *irresponsabilidade organizada* (LEITE, 2007).

Raul do Valle, em suas manifestações, deixa clara a existência desse fenômeno, ao observar a falta de racionalidade nas discussões parlamentares, exemplificado pela mudança de opinião da então Senadora Kátia Abreu, que demonstra uma visão restrita e unilateral do assunto, optando por priorizar o ganho econômico à preservação do meio ambiente.

A própria Kátia Abreu, em suas manifestações, deixa clara a sua forma de pensar sobre este assunto, pois dá a entender que a lei que protege a vegetação nativa é uma limitação legal à liberdade de produzir. Ao comparar a lei florestal do Brasil com as leis de outros países, a atual Ministra da Agricultura, questiona a eficácia de se preservar as matas ciliares, já que em países que ela classifica como relevantes, não há tal exigência. Ou seja, se toda a bancada ruralista tem a mesma linha de raciocínio da ex-Senadora Kátia Abreu, pode-se concluir que não há interesse, pelo menos da maioria dos grandes produtores de que a Lei 12.651/2012 seja posta em prática, já que esta é vista como um retrocesso por representar uma ameaça para economia.

Além dos aspectos inerentes à tramitação legislativa da revisão do Código Florestal, a caracterização da irresponsabilidade organizada se materializa com a inércia do Estado, notadamente da União, demonstrada cabalmente após a aprovação e sanção da nova Lei 12.651/2012.

Os dois principais instrumentos criados pela Lei 12.651/2012, Cadastro Ambiental Rural e Programa de Regularização Ambiental, foram postos como os carros-chefes da nova lei florestal, fazendo com que houvesse uma esperança de que desta vez a lei que substitui o Código 1965, fosse cumprida.

Somente observando estes três primeiros anos da implementação da lei, fica evidente a falta de comprometimento dos órgãos públicos com prazos estabelecidos tanto pela própria lei, quanto pelos Decretos. Apesar de a União ter de fato publicado o Decreto que estabelecia normas de caráter geral, em relação aos PRAs, no prazo estabelecido de 180 dias, outros deveres, com prazos impostos ou não na Lei, não foram cumpridos a tempo.

O prazo de um ano para União, Estados e Distrito Federal implantarem os Programas de Recuperação Ambiental já terminou em maio de 2013, e mesmo que, por ato do Chefe do Poder Executivo, tivesse sido prorrogado por mais um ano, o prazo já teria terminado em maio de 2014.

Logo no Art. 1-A, se fala de instrumentos econômicos e financeiros, os quais não foram implementados. No Art. 41 a maior parte desses instrumentos fica vinculada à União, que é autorizada, não obrigada, a implantar programas de incentivo à conservação do meio ambiente. Até agora nenhum instrumento foi criado e não há qualquer sinalização de que venham a ser implantados no curto prazo. Este fato demonstra a falta de vontade política e a falta de pressão da sociedade, que acaba criando uma situação cômoda para o Governo Federal, já que não há cobrança. No Art. 58, similar à situação do Art. 41, a União ficou autorizada a instituir programa de apoio técnico e incentivo financeiro, porém nada foi feito até agora.

O Governo Federal, de acordo com o Art. 40, ficou com o dever de estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, mas a União não fez nenhum movimento objetivando o estabelecimento desta política.

Ainda no Art. 1-A, no inciso IV, se observa que, além da União, Estados e Distrito Federal, os municípios também ficam responsáveis pela criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa. Como já foi analisado, nada foi implantando, nem no Brasil, muito menos no Estado de Santa Catarina, sendo pouco provável que os municípios tomem iniciativa com este objetivo, apesar da existência, da já mencionada, iniciativa da AMAVI, que foi um grande e positivo exemplo de ação para regularização das propriedades rurais da região.

De acordo com o Art. 71, a União, com o auxílio dos Estados, Distrito Federal e municípios, ficou com a tarefa de realizar o Inventário Florestal Nacional, sendo que a União teria que estabelecer critérios e mecanismos para uniformizar todo o procedimento. Até o presente momento, nada foi implantado em relação a este tema.

O Art. 29 da Lei Federal cria o CAR e diz que o prazo para o proprietário fazer sua inscrição é de um ano, prorrogável uma única vez, a partir de sua implantação. A implantação do CAR foi formalmente feita através da Instrução Normativa nº 02 do MMA, no dia 06 de maio de 2014, mais especificamente no Art. 64. O prazo para a inscrição, então, vencerá no dia 06 de maio de 2015. De acordo com os resultados

coletados após seis meses do início das inscrições, menos de 10% das propriedades haviam sido cadastradas. Mais recentemente, Talento (2015), publicou um balanço parcial obtido pelo Jornal Folha de São Paulo, demonstrando que até agora há cerca de 130 milhões de hectares inscritos, de um total de 329 milhões de hectares de área útil agrícola, ou seja, 40%.

O § 2º, do Art. 59, põe a inscrição no CAR como condição obrigatória para adesão ao PRA. Ao não implantar o CAR durante o primeiro ano, a União inviabilizou os PRAs, fazendo com que mesmo que os Estados tivessem criado Programas de Regularização Ambiental, colocá-los em prática seria impossível, já que sem a inscrição no CAR, o proprietário não poderia aderir ao PRA.

Indicadores de sustentabilidade deveriam ser publicados semestralmente pelos órgãos competentes, com o objetivo de aferir a evolução dos componentes do sistema abrangidos pela Lei 12.651/2012 (Art. 73), porém já se passaram cinco semestres, desde a edição da Lei, e nenhuma publicação desses indicadores foi realizada. Além destes indicadores, ficou estabelecido no Art. 75 que, os PRAs instituídos pela União, Estados e Distrito Federal deveriam incluir mecanismo que permita o acompanhamento da implementação, demonstrando, entre outras coisas, a adesão cadastral do proprietários, porém nenhum mecanismo foi disponibilizado.

No Decreto nº 7.830/2012, em relação o Cadastro Ambiental Rural, há somente uma repetição do que havia sido dito na Lei, não ocorrendo a implantação do CAR. Quanto ao PRA, também ocorre uma certa repetição da Lei, reafirmando que a União também deverá instituir o Programa de Regularização Ambiental, porém não institui nenhum PRA federal, somente dá regras gerais em relação à esta ferramenta. Além disso, no Art. 23, é revogado o programa que a União havia criado através do Decreto 7.029/2009, o Programa Mais Ambiente.

No Decreto 8.235/2014 há o estabelecimento de normas gerais complementares aos PRAs dos Estados e Distrito Federal e institui o Programa Mais Ambiente Brasil. Aqui já ocorrem dois problemas de legalidade, o primeiro é o fato de que as normas gerais já haviam sido editadas, e por lei deveriam ter, sido estabelecidas no prazo de 180 dias após a criação da lei, não poderia ter uma segunda publicação para complementar, e o segundo problema é que o PRA da União, que é uma novidade, foi implantado fora do prazo estabelecido pela Lei 12.651/2012, no Art. 59, e com finalidades distintas das previstas na lei.

Foi observada, no Art. 4º, uma alteração da Lei, já que retira da União a obrigação de implantar o PRA, sendo que no Art. 59 da Lei fica claro, que União, Estados e Distrito Federal, são obrigados a implantar Programas de Regularização Ambiental.

Ainda de acordo com este Decreto, no Art. 13, o Programa Mais Ambiente Brasil fica instituído com o objetivo de apoiar, articular e integrar os PRAs dos Estados e Distrito Federal, ou seja, a União se exime da responsabilidade legal que lhe foi imposta e faz apenas um Programa para articular os PRAs dos outros entes, fugindo assim da determinação que a lei lhe impôs.

O Art. 22 determina os Ministérios que farão o disciplinamento do programa para conversão das multas aplicadas por desmates ocorridos em áreas onde não era vedada a supressão de vegetação. Já havia sido determinado, na Lei 12.651/12, que fosse feito este programa, porém não foi criado. Mesmo assim, o Decreto já antecipa quem fará o disciplinamento, no prazo de um ano, contado da data de publicação deste Decreto, de algo que sequer foi criado. Previsão absurda e descabida, bem reflete a desintegração das ações da União na operação correta da nova Lei 12.651/2012.

A inércia do Estado com relação ao PRA e CAR está gerando insegurança à coletividade; o argumento da insegurança jurídica foi fartamente utilizado durante a revisão do Código Florestal, e agora essa situação está se repetindo, porém muito mais pela omissão e inércia do Estado do que pela inobservância da norma pelo cidadão.

O estabelecimento de um modelo adequado de responsabilidade é pressuposto indispensável do Estado de Direito, havendo necessidade de o Estado viabilizar um sistema que promova segurança à coletividade (SARAIVA NETO, 2010).

Analizando os dados levantados quanto às ações voltadas à execução da lei em âmbito nacional pode-se perceber que não há grandes ações dos órgãos governamentais, excetuando o Ministério do Meio Ambiente, que divulga o CAR e promoveu o curso para facilitadores, e o BNDES, que financia projetos, juntamente com a orientação do MMA, para a implantação do CAR nos estados da Amazônia Legal, o que será muito importante e significativo se for concluído.

As entidades rurais são muito importantes na divulgação e no auxílio aos proprietários rurais em relação ao cadastramento e a importância que este tem para a regularização de suas propriedades. Mesmo assim, durante a análise dos sítios eletrônicos das principais

entidades rurais, não foi observado nada de muito significativo, além da simples divulgação do CAR nos sítios eletrônicos da ABIOVE e da FETRAF.

Pode-se perceber que a maior quantidade de ações visando a execução da lei vem de iniciativas não governamentais. Mesmo antes da implementação da nova lei florestal, já havia ações com o objetivo de cadastrar propriedades rurais, para poder controlar o desmatamento, como foi observado no SLAPR, que o PPG7 implementou em 2000 e serviu de inspiração para o CAR estadual no Pará e em Mato Grosso.

Após a Lei 12.651/2012 ter sido sancionada, foram encontradas seis iniciativas de organizações não governamentais, todas com ações bem diferentes umas das outras, porém com o mesmo objetivo, que é o auxílio ao cumprimento da Lei 12.651/2012.

As duas iniciativas que parecem ter mais potencial para efetivamente ajudar na regularização, são a da Iniciativa Verde e da Inovacar, pois ambas são mais focadas em um bioma, a Iniciativa Verde na Mata Atlântica e a Inovacar na Amazônia, e tem como objetivo estar presente no local e de fato auxiliar os proprietários rurais.

A Imaflora, junto com o Ipef, também podem auxiliar o proprietário rural com o seu aplicativo, mas de forma mais indireta e menos abrangente, já que há a necessidade de inclusão digital e nem sempre esta é a realidade de um proprietário rural, principalmente no caso de propriedades rurais pequenas.

O BVtrade, na mesma linha do Imaflora, é uma ferramenta mais focada para proprietários com maior poder aquisitivo e com propriedades maiores, já que serão estes que, provavelmente, precisarão utilizar a opção de Cotas de Reserva Ambiental, para compensar o passivo ambiental de sua propriedade.

Tanto o Observatório do Código Florestal, quanto os dois sistemas de certificação (FSC e *Rainforest Alliance*) fazem mais um papel fiscalizador, porém de maneiras diferentes. O Observatório fiscaliza a aplicação da Lei 12.651/2012 de uma forma geral, no país todo, quase como um órgão fiscalizador das ações dos entes federativos, em relação à lei florestal. Já os sistemas de certificação fiscalizam mais objetivamente as propriedades que solicitam a certificação socioambiental e que, consequentemente, devem estar de acordo com o a lei florestal vigente.

Em âmbito estadual, especificamente no Estado de Santa Catarina, o que se pode observar quanto à legislação florestal é que nada significativo foi feito para aprimorar a legislação estadual, com base na

Lei 12.651/2012. Apesar de ter ocorrido a alteração do Código Florestal Estadual (lei nº 14.675/2009), o texto, que deveria ratificar o que havia sido dito na Lei Federal e acrescentar outras exigências, mais específicas do estado, acabou gerando conflitos com a lei 12.651/2012, o que gera grande insegurança jurídica, já que a Constituição Federal determina a nulidade de dispositivos de leis estaduais que contrariem a norma geral nacional, nesse caso da matéria florestal temos a lei 12.651/2012 como norma geral nacional. No Decreto Estadual nº 2.219/2014 o que há de mais relevante é disponibilização dos nomes das instituições responsáveis pelo CAR e definição de seus papéis nesse cenário. Já a Instrução Normativa SDS/ SAR nº 1/2014 detalhou o papel de cada uma dessas instituições na implementação do CAR no Estado. Além disso, algo muito importante foi determinado na legislação estadual, qual seja, o fato da compensação de passivos por meio de CRA só poder ser feita no Estado de Santa Catarina mesmo, o que poderá ajudar ainda mais na recuperação da Mata Atlântica catarinense.

Quanto às instituições responsáveis pelo CAR, de acordo com a análise dos sítios eletrônicos, pode-se ver pouco destaque dado ao CAR, estando presente somente nos sítios eletrônicos de duas, das cinco instituições, algum *link* para a página do CAR de Santa Catarina. Não há mais nenhum tipo de divulgação relacionada ao Código Florestal Estadual, objetivando ajudar o proprietário rural a entender a importância de se regularizar passivos ambientais da propriedade.

Como se observou nos números que a SDS disponibilizou depois de seis meses do início da implementação do CAR, Santa Catarina é um dos destaques nacionais em quantidade de cadastros. Este fato pode passar a impressão de que muito está sendo feito em relação ao meio ambiente, porém é necessário perceber que ainda não foi criado um PRA estadual e que sem ele, o CAR não terá tanto valor, já que ele é somente uma das exigências para poder participar do Programa de Regularização Ambiental. Assim como a União, o Governo Estadual mostra que não está muito preocupado em agilizar a recuperação e regularização dos passivos ambientais, que por mais que tenham diminuído com a Lei 12.651/2012, ainda existem, e se recuperados farão uma grande diferença no bioma Mata Atlântica em que o Estado de Santa Catarina está localizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise pode-se perceber que, ainda que se tenha passado mais de um século de república e de legislação ambiental, a maneira de pensar de uma grande parte dos legisladores, e da população, continua sendo bem semelhante. Não há uma consciência real da necessidade da preservação do meio ambiente, apenas o que se vê são ações potencialmente úteis, porém sem o interesse da União e Estados de utilizar estas para fazer diferença, aplicando de fato a lei que é criada por eles mesmos e que demanda tempo, este que é precioso quando o assunto é a recuperação e conservação da natureza. Pela forma como a história da Lei 12.651/2012 está sendo escrita, tudo indica que terá o mesmo destino das outras leis florestais, ficando restrita ao papel.

As Organizações Não Governamentais ambientalistas, como se observou nos resultados, são as que estão fazendo mais diferença, tanto diretamente, fazendo com o que a lei seja cumprida, quanto indiretamente, fiscalizando e pressionando os órgãos governamentais responsáveis, contudo demonstrando ainda uma intervenção tímida frente aos desafios impostos pela nova lei e os inúmeros desencontros verificados na regulamentação e execução da norma.

Faz-se necessária uma maior participação da sociedade civil, pois sem a cobrança desta, a União e os Estados ficam numa situação tranquila. Talvez para que haja realmente a participação da sociedade, seja aconselhável um maior conhecimento da legislação e da real situação em que se encontra a vegetação nativa brasileira e tudo o que envolve este assunto, relacionando fatos da realidade da maioria da população às consequências da falta de preservação da natureza. Conforme relata Nalini (2008) se o cidadão não tem conhecimento sobre o tesouro natural que é de seu uso comum não há como conseguir adesão do povo para a proteção ambiental. É preciso superar a crença que o público equivale ao sem dono, alterar a lógica econômica que subverte a natureza se contrapondo a conservação durável. Aprimorar a legislação de proteção, e exigir sua observação e correta implementação, notadamente por parte do Poder Público, mas também do cidadão é um caminho do qual a nação não pode desviar.

REFERÊNCIAS

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

Página inicial. Disponível em:

<<http://www.abiove.org.br/site/index.php>>. Acesso 15 dez 2014.

ABREU, K. **Senadora Kátia Abreu comemora aprovação do Código Florestal “Nova fase para uma agricultura sustentável”.** 2012.

Disponível em <<http://senadorakatiaabreu.com.br/?p=1695>>. Acesso em 04 set 2014.

ABREU, K. **Código Florestal e a busca pela perfeição.** 2012.

Disponível em

<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/1161362-codigo-florestal-e-a-busca-da-perfeicao.shtml>>. Acesso em 05 set 2014.

ABREU, K. **Entrevista Coletiva.** 2013. Disponível em

<http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Apresentacao_segurancaJuridica.pdf>. Acesso em 05 set 2014.

Agência Câmara Notícias. **Câmara aprova novo Código Florestal com mudança em regras para APPs.** 2011. Disponível em:

<www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/197560-CAMARA-APROVA-NOVO-CODIGO-FLORESTAL-COM-MUDANCA-EM-REGRAS-PARA-APPS.html>.

Acesso em: 12 set. 2014.

Agência Câmara de Notícias. **Comissão mista rejeita 303 destaques apresentados à MP do Código Florestal.** 2011. Disponível em

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/423690-COMISSAO-MISTA-REJEITA-303-DESTAQUES-APRESENTADOS-A-MP-DO-CODIGO-FLORESTAL.html>>. Acesso em 23 set. 2014.

Agência Câmara de Notícias. **Código Floresta: divergências prosseguem mesmo depois da aprovação.** 2011. Disponível em:

<www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/197545-CODIGO-FLORESTAL-DIVERGENCIAS-PROSSEGUEM-MESMO-DEPOIS-DA-APROVACAO.html>. Acesso em: 09 set. 2014.

Agência Câmara de Notícias. **Negociações para votação do novo Código Florestal transcorrem durante todo o dia.** 2011. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/197548-NEGOCIACOES-PARA-VOTACAO-DO-NOVO-CODIGO-FLORESTAL-TRANSCORRERAM-DURANTE-TODO-O-DIA.html>. Acesso em: 10 set. 2014.

Agência Câmara de Notícias. **Divergências na base e críticas ao líder do governo marcam votação de emenda.** 2011. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/197561-DIVERGENCIAS-NA-BASE-E-CRITICAS-AO-LIDER-DO-GOVERNO-MARCAM-VOTACAO-DE-EMENDA.html>. Acesso em: 07 set. 2014.

Agência Câmara de Notícias. **Confira os principais pontos aprovados e rejeitados.** 2012. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/415939.html?timestamp=1335486102939>. Acesso em: 20 set. 2014.

Agência Câmara de Notícias. **Câmara aprova novo Código Florestal; texto segue para sanção.** 2012. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/415823-CAMARA-APROVA-NOVO-CODIGO-FLORESTAL-TEXTO-SEGUE-PARA-SANCAO.html>. Acesso em: 20 set. 2014.

Agência Câmara de Notícias. **Infográfico: veja as mudanças no Código Florestal aprovadas na Câmara.** 2011. Disponível em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/197556-INFOGRAFICO:-VEJA-AS-MUDANCAS-NO-CODIGO-FLORESTAL-APROVADAS-NA-CAMARA.html>. Acesso em: 04 set. 2014.

Agência Senado. **Jorge Viana acolhe 26 emendas no fim da votação; quatro destaques derrubados.** 2011. Disponível em: <www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/jorge-viana-acolhe-26-emendas-no-fim-da-votacao-quatro-destaques-sao-derrubados>. Acesso em: 12 set. 2014.

Agência Senado. **Código Florestal: governo facilita regularização de pequenos produtores**. 2012. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/codigo-florestal-governo-facilita-regularizacao-de-pequenos-produtores>>. Acesso em: 21 set. 2014.

Agência Senado. **Governo anuncia veto a 12 Art.s do projeto do Código Florestal**. 2014. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/governo-anuncia-veto-a-12-Art.s-do-projeto-do-codigo-florestal>>. Acesso em: 21 set. 2014.

Agência Senado. **Mais de 620 emendas à MP do Código Florestal**. 2012. Disponível em
<http://www12.senado.gov.br/codigoflorestal/news/mais-de-620-emendas-a-mp-do-codigo-florestal>>. Acesso em 23 set. 2014.

APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida. **A Mata Atlântica em Santa Catarina**. Disponível em
<http://www.apremavi.org.br/cartilha-planejando-a-mata-atlantica-em-santa-catarina/>>. Acesso em 20 out 2014.

AZEVEDO, A. et al. **Cadastro Ambiental Rural e sua influência na dinâmica do desmatamento na Amazônia Legal**. Boletim Amazônia em Pauta, nº 3. Brasília: IPAM, maio de 2014.

Banco do Brasil. **Página inicial**. Disponível em:
<http://www.bb.com.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

BECK, U. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva**. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1997.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. **Iniciativa BNDES Mata Atlântica**. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuaao/Meio_Ambiente/Mata_Atlantica/>. Acesso em 16 nov 2014.

BRASIL. Instrução Normativa, nº 2, de 06 de maio de 2014. Dispõe

sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural- CAR. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#/legislacao>>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. Lei, nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#/legislacao>>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. Decreto, nº 8.235, de 05 de maio de 2014. Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#/legislacao>>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. Decreto, nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#/legislacao>>. Acesso em 01 out 2014.

BRASIL. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº^{as} 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nº^{as} 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do Art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do Art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm>. Acesso em 25 set. 2014.

BRASIL Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em 01 nov 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 01 nov 2014.

BVRio – Bolsa de Valores Ambientais. **BVRio lança plataforma para acelerar a consolidação de Unidades de Conservação.** 2014. Disponível em: <<http://www.onortao.com.br/noticias/bvrio-lanca-plataforma-para-acelerar-a-consolidacao-de-unidades-de-conservacao,21639.php>>. Acesso em 13 nov 2014.

Canal do Produtor. **Página inicial.** Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/>>. Acesso em: 15 dez 2014.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Página inicial.** Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOS SANTOS, Z. **A REVISÃO DO CÓDIGO FLORESTAL: Como se deu o debate político durante a discussão sobre a alteração da Lei**

4771, de 1965 - Código Florestal Brasileiro, na Câmara dos Deputados, como Casa Iniciadora – 1º ciclo de discussão e votação [monografia]. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados; Centro de Documentação e Informação; Coordenação de Biblioteca, 2012.

DO VALLE, R. **CAR PRA Q?**. 2014. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/car-para-que>>. Acesso em: 06 set 2014.

DO VALLE, R. **Reflexões sobre a nova lei florestal: para que queremos um cadastro ambiental rural? (texto 2)**. 2013. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/reflexoes-sobre-a-nova-lei-florestal-para-que-queremos-um-cadastro-ambiental-rural-texto-2>>. Acesso em 06 set 2014.

DO VALLE, R.; LIMA, A.; PINTO, L. F. G. **Raul Telles, André Lima e Luís Fernando Pinto: Muito dito e pouco feito nos dois anos do Código Florestal**. 2014. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/05/1460407-raul-telles-andre-lima-e-luis-fernando-pinto-muito-dito-e-pouco-feito-nos-dois-anos-do-codigo-florestal.shtml>>. Acesso em 29 ago 2014.

DO VALLE, R. **Lento Adeus ao Código Florestal**. 2012. Disponível em <<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/lento-adeus-ao-codigo-florestal>>. Acesso em 06 set 2014.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A. **Página Inicial**. Disponível em <<http://www.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

Exame.com. **As imagens do movimento “Veta, Dilma” que ganharam as redes sociais**. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/album-de-fotos/as-imagens-do-movimento-veta-dilma-que-ganhou-as-redes-sociais>>. Acesso em: 20 set. 2014.

FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar. **Página inicial**. Disponível em: <<http://www.fetraf.org.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

Fundo Amazônia. **Fundo Amazônia**. Disponível em:
 <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Fundo/> Acesso em 19 nov 2014.

Imaflora – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. **Simulador da Nova Lei Florestal**. Disponível em:
 <<http://www.imaflora.org/codigoflorestal/aplicativo/simulador.html>>. Acesso em 18 nov 2014.

Iniciativa Verde. **BNDES: Iniciativa Verde já recuperou mais de 300 hectares de Mata Atlântica**. Disponível em:
 <<http://www.iniciativaverde.org.br/comunicacao-Art.s-e-noticias-detalhes/bndes-iniciativa-verde-ja-recuperou-mais-de-300-hectares-de-mata-atlantica>> Acesso em 16 nov 2014.

INOVACAR – Iniciativa de Observação, Verificação e Aprendizagem do CAR e da Regularização Ambiental. **O que é Inovacar**. Disponível em:
 <<http://inovacar.org.br/4-o-que-e-inovacar>>. Acesso em 21 nov 2014.

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Código Florestal acirra polarização entre produtores e ambientalistas**. 2010. Disponível em <<http://www.ipam.org.br/noticias/Codigo-Florestal-acirra-polarizacao-entre-produtores-e-ambientalistas/510>>. Acesso em 04 set 2014.

ITAMARATY. **O Estado de Santa Catarina**. Revista Textos do Brasil. 2 ed. Disponível em <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/edicao-numero-2?searchterm=Santa+Catarina>>. Acesso em 20 dez 2014.

LEITE, J.R.M. **Sociedade de risco e Estado**. In: CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes; LEITE, Jose Rubens Morato (Org.). Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2007. 132p. SARAIVA NETO, P. A prova na jurisdição ambiental. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2010. 163p.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Página inicial**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Página inicial.**

Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Sustentável. **Página inicial.**

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Amazônia legal será exemplo de implantação do Cadastro Rural.** 2014. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informmma?view=blog&id=309>> Acesso em 19 nov 2014.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **De Olho no Código Florestal.**

2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informmma/item/9353-de-olho-no-c%C3%B3digo-florestal>>. Acesso em 13 nov 2014.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Curso sobre CAR ainda oferece vagas.** 2014. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informmma?view=blog&id=646>>. Acesso em 14 nov 2014.

MOURA, L. Z. **Políticas Públicas para Operacionalizar o CAR.**

[online] Disponível em: <

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Hortalicas/35RO/APP_CAR_HORT.pdf> Acesso em 15 nov 2014.

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Página inicial.**

Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

NALINI, J. R. **A Rebelião da Toga.** 2. ed. Campinas: Millenium Editora, 2008.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Página inicial.**

Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/>. Acesso em 15 dez 2014.

OCF – Observatório do Código Florestal. **Em seis meses, menos de 10% das propriedades rurais entraram no CAR.** Disponível em:

<<http://www.observatorioflorestal.org.br/noticia/em-seis-meses-menos->

de-10-dos-propriedades-rurais-entraram-no-car>. Acesso em 17 nov 2014.

PINTO, L.; HARDT, E.; SANTOS, R.; METZGER, J. P.; SPAROVEK, G.; BORGOMEIO, E. **Incentivos para a conservação de florestas: a experiência da certificação no Brasil**. Sustentabilidade em debate, n°1. Piracicaba, SP: Imaflora, 2014. 28 p.

BPMA – Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina. Página Inicial. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/ambiental/>>. Acesso em 15 dez 2014.

PROCHNOW, M. **ONGs afirmam que novo Código Ambiental de SC é inconstitucional**. 2014. Disponível em <<http://envolverde.com.br/noticias/ongs-afirmam-que-novo-codigo-ambiental-de-sc-e-inconstitucional/>>. Acesso em 20 out 2014.

Rural BR. **Aplicativo simula situação do produtor rural diante do Código Florestal**. 2014. Disponível em: <<http://blogs.ruralbr.com.br/entendaocodigoflorestal/2014/07/09/aplicativo-gratuito-simula-situacao-do-produtor-rural-diante-do-codigo-florestal/>>. Acesso em 17 nov 2014.

SANTANA, A. C.; MEDEIROS, J.D.; DE OLIVEIRA, E. A. **Lições Aprendidas na Conservação e Recuperação da Mata Atlântica: Adequação ambiental de propriedades rurais a partir da experiência da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí**. Brasília: MMA, 2013.

SANTA CATARINA. Decreto nº 2.219, 03 de junho de 2014. Regulamenta o Capítulo IV-B do Título IV da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a redação dada pela Lei nº 16.342, de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Disponível em <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=271107>>. Acesso em 30 out 2014.

SANTA CATARINA. Instrução Normativa SDS/ SAR nº 1, 01 de julho de 2014. Aprova o Manual Operativo do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Disponível em <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=272226>>. Acesso em 30 out 2014.

SANTA CATARINA. Lei nº 16.342, 21 de janeiro de 2014. Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Disponível em <<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2014/016342-011-0-2014-001.htm>>. Acesso em 04 dez 2014.

SANTA CATARINA. Lei 14.675, 13 de abril de 2009. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências. Disponível em <http://www.cadastroambientalrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/Lei_Estadual_n-14.675-de-13-de-abril-de-2009.pdf>. Acesso em 04 dez 2014.

SAP – Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca. **Página inicial.** Disponível em <<http://www.agricultura.sc.gov.br/>>. Acesso em 15 dez 2014.

SDS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Santa Catarina tem mais de 30 mil imóveis registrados no Cadastro Ambiental Rural. 2014. Disponível em <<http://www.sds.sc.gov.br/index.php/editar-noticias/1673-santa-catarina-tem-mais-de-30-mil-imoveis-registrados-no-cadastro-ambiental-rural>>. Acesso em 01 nov 2014.

TALENTO, A. **A 4 meses do fim do prazo, apenas 40% da área rural está cadastrada.** 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2015/01/1575234-a-4-meses-do-fim-do-prazo-apenas-40-da-area-rural-esta-cadastrada.shtml>>. Acesso em 16 jan 2015.

URBAN, T. **Saudade do matão: Relembrando a História da Conservação da Natureza no Brasil.** Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998.